

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA**

**UM “LUSO-GENOVÊS” A SERVIÇO DA DINASTIA AFONSINA: A TRAJETÓRIA  
DE MANUEL PESSANHA COMO ALMIRANTE-MOR DA MARINHA  
PORTUGUESA (1317-1347)**

**ALFENAS/MG**

**2026**

**RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA**

**UM “LUSO-GENOVÊS” A SERVIÇO DA DINASTIA AFONSINA: A TRAJETÓRIA  
DE MANUEL PESSANHA COMO ALMIRANTE-MOR DA MARINHA  
PORTUGUESA (1317-1347)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Ibérica (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Alfenas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre pela Universidade Federal de Alfenas em História Ibérica.

Orientador: Dr. Adailson José Rui

**ALFENAS/MG  
2026**

---

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Central

Oliveira, Rafael Silva de.

Um "luso-genovês" a serviço da Dinastia Afonsina: : A trajetória de  
Manuel Pessanha como Almirante-mor da Marinha Portuguesa (1317-1347)  
/ Rafael Silva de Oliveira. - Alfenas, MG, 2026.

55 f. -

Orientador(a): Adailson José Rui.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de  
Alfenas, Alfenas, MG, 2026.

Bibliografia.

1. Manuel Pessanha. 2. Marinha Portuguesa. 3. Dinastia Afonsina. 4.  
Comércio. 5. Estratégias. I. Rui, Adailson José, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA

UM LUSO-GENOVÊS À SERVIÇO DA DINASTIA AFONSINA. A TRAJETÓRIA DE MANUEL PESSANHA COMO  
ALMIRANTE-MOR DA MARINHA PORTUGUESA (1317-1347)

O Presidente da Banca Examinadora abaixo indicada assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovada em: 31 de março de 2026.

Prof. Dr. Adailson José Rui  
Presidente da Banca Examinadora  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Profa. Dra. Yara Cristina Alvim  
Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG)

Profa. Dra. Denise Menezes do Nascimento  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)



Documento assinado eletronicamente por **Adailson José Rui, Professor do Magistério Superior**, em 10/04/2026, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1762062** e o código CRC **0663B4B2**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus por todos estes meses de empreitada neste ciclo. Sem ele, não teria tido força mental, emocional e física para chegar até o final.

Agradeço, também, à toda minha família que, reunindo todos os seus esforços, puderam me ajudar a realizar este sonho. Saibam que todos os processos dolorosos foram extremamente necessários para que eu pudesse chegar até este momento. Fico feliz por ter realizado o sonho do nosso lar, de ser o primeiro da família a se formar e ultrapassar este limite, através deste título de Mestre.

Não poderia esquecer de minha amada noiva, (que no início desta campanha, era apenas namorada). Seus puxões de orelha, conselhos, afeto e carinho foram determinantes para atingir este objetivo fundamental para a minha carreira e, para as coisas mais importantes que, em sequência, virão.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Adailson José Rui. Sei que os últimos tempos não foram muito fáceis e, mesmo diante das dificuldades, me ofereceu todo o suporte necessário, sanando dúvidas, dando direcionamentos e me orientando da melhor maneira possível.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Manuel Pessanha atuou como uma figura central no esforço de organização da marinha portuguesa no século XIV, em um período fortemente marcado pela consolidação do poder régio sob a dinastia afonsina. Nativo de Gênova, uma das maiores potências marítimas do período, a atuação do italiano em Portugal contribuiu para a introdução de práticas navais mais avançadas que fortaleceram a capacidade defensiva e estratégica do reino diante dos crescentes conflitos com Castela e das ameaças às rotas marítimas do país. Além disso, sua atuação deu-se em um contexto no qual o comércio marítimo assumia posição de destaque e recorrentes alianças políticas eram formadas em prol da estabilidade local. Em termos militares, Pessanha reestruturou a esquadra portuguesa, enquanto do ponto de vista organizacional introduziu hierarquias e modelos operacionais alinhados com os padrões genoveses. Sua mediação em redes comerciais mediterrâneas por sua vez impulsionou a economia lusitana e reforçou sua conexão com mercados externos. Ademais, foi ainda ativo em alianças diplomáticas que visavam consolidar acordos estratégicos e proteger os interesses do reino. Este estudo pretende analisar as contribuições de Manuel a partir dos contextos político, militar e econômico de sua época, a fim de pontuar a centralidade da atuação do genovês no fortalecimento da posição marítima portuguesa.

Palavras-chave: Manuel Pessanha; Marinha Portuguesa; Dinastia Afonsina; Comércio; Estratégias.

## RESUMEN

Manuel Pessanha se consolidó como una figura central en el esfuerzo de organizar la marina portuguesa durante el siglo XIV, en un período profundamente marcado por la afirmación del poder real bajo la dinastía afonsina. Originario de Génova —una de las principales potencias marítimas de la época—, su inserción en Portugal contribuyó a la introducción de prácticas navales más avanzadas, fortaleciendo así la capacidad defensiva y estratégica del reino frente a los crecientes conflictos con Castilla y ante las amenazas que se cernían sobre sus rutas marítimas.

Su actuación se desarrolló en un contexto en el que el comercio marítimo ocupaba un lugar central y en el que se forjaban alianzas políticas recurrentes a favor de la estabilidad local. En el plano militar, Pessanha impulsó la reorganización de la escuadra portuguesa; en el ámbito institucional, introdujo jerarquías y modelos operativos inspirados en los estándares genoveses. Asimismo, su mediación en las redes comerciales mediterráneas estimuló la economía portuguesa y reforzó sus vínculos con los mercados internacionales. También participó activamente en alianzas diplomáticas orientadas a consolidar asociaciones estratégicas y a salvaguardar los intereses del reino.

Este estudio tiene como objetivo analizar las contribuciones de Manuel Pessanha desde las perspectivas política, militar y económica de su tiempo, con el fin de resaltar la centralidad de su papel en el fortalecimiento de la posición marítima de Portugal.

Palabras clave: Manuel Pessanha; Marina Portuguesa; Dinastía Afonsina; Comercio Marítimo; Estrategias Navales.

## ABSTRACT

Manuel Pessanha emerged as a central figure in the effort to organize the Portuguese navy during the fourteenth century, a period deeply marked by the consolidation of royal authority under the Afonsine dynasty. Originally from Genoa — one of the leading maritime powers of the era — his arrival in Portugal contributed to the introduction of more advanced naval practices, thereby strengthening the kingdom's defensive and strategic capabilities against the growing conflicts with Castile and the threats posed to its maritime routes.

His role unfolded within a context in which maritime trade occupied a central position and in which recurrent political alliances were forged in favor of local stability. From a military perspective, Pessanha reorganized the Portuguese fleet; on the institutional level, he introduced hierarchies and operational models inspired by Genoese standards. Furthermore, his mediation within Mediterranean commercial networks stimulated the Portuguese economy and reinforced its ties with international markets. He also played an active role in diplomatic alliances aimed at consolidating strategic partnerships and safeguarding the kingdom's interests.

This study seeks to analyze Manuel Pessanha's contributions from political, military, and economic perspectives, with the purpose of highlighting the centrality of his role in strengthening Portugal's maritime position.

Keywords: Manuel Pessanha; Portuguese Navy; Afonsine Dynasty; Maritime Trade; Naval Strategies.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PARTE I – APRESENTAÇÃO DO OBJETO DAPRENDIZAGEM.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>PARTE II – REFERENCIAÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA.....</b>	<b>10</b>
2.1	Introdução .....	11
2.2	A origem da família Pessagno em Gênova e sua vida ao mar .....	12
2.3	A escolha por Emanuelle Pessagno posta em prática .....	14
2.4	O contexto de Portugal sob o reinado de D. Dinis.....	17
2.5	A “carta de doação, feita pelo Rei D. Dinis a Micer Manuel Pessanha, genovês” ...	20
2.6	Uma análise sobre a vassalagem de Pessanha à Dinastia Afonsina .....	22
2.7	Os feitos de Manuel Pessanha à frente da Marinha Portuguesa .....	26
2.8	A trajetória final de Pessanha como Almirante e a Marinha “Pós-Pessanha” .....	35
<b>3</b>	<b>PARTE III – A APLICABILIDADE EM SALA DE AULA.....</b>	<b>38</b>
3.1	A proposta do Objeto de Aprendizagem e como ele se deu.....	39
3.2	A paridade do Objeto de Aprendizagem com as diretrizes e currículo do MEC.....	40
3.3	Referenciais teóricos e metodológicos pertinentes às áreas de Ensino de História e História Ibérica .....	42
3.4	Destinação da monografia ao seu público alvo e a pedagogia e didática aplicadas ..	43
3.5	A justificativa para a escolha e uso do Objeto de Aprendizagem .....	45
3.6	Como utilizar o OA em sala de aula .....	49
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>52</b>

## APRESENTAÇÃO

O século XIV foi um marco para a constituição do poder régio em Portugal, período de fortalecimento político e de rearranjo militar para suprir a necessidade de se proteger e expandir suas fronteiras. Neste contexto, o papel de Manuel Pessanha, líder da Marinha Portuguesa entre 1317 e 1341, foi decisivo quando o domínio do mar se tornou vital para manter seguras as suas fronteiras e rotas comerciais. Nascido em Gênova, uma das maiores potências marítimas daquele tempo, ele dispôs do conhecimento técnico e estratégico da tradição naval genovesa. Isso se deu em um ambiente de crescente rivalidade na península ibérica, com repetidos conflitos entre os reinos de Portugal e Castela e a montagem do comércio marítimo como motor econômico do reino. Em sua atuação, foi responsável pela inovação nas práticas organizacionais e na cadeia de comando, bem como por liderar ações militares para garantir a segurança das principais rotas marítimas portuguesas. Também, contribuiu para a formação de alianças diplomáticas chave para a estabilidade regional e exibição do poder de Portugal. Além disso, seu legado se estendeu ainda à conexão de Portugal com as redes de comércio do mediterrâneo, possibilitando o intercâmbio de bens materiais e imateriais. Assim, sua atuação vai além da esfera militar, sendo decisiva nas bases organizacionais e diplomáticas dos esforços marítimos portugueses. Através desta pesquisa, busco estabelecer a importância de Manuel Pessanha para a constituição da posição marítima de Portugal, fazendo isto através de sua atuação militar, comercial e diplomática. Por outro lado, também procuro refletir sobre o contexto histórico que tornou possível uma tradição naval que lançaria as bases das realizações portuguesas pelos séculos seguintes.

## 1 Parte I - APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM

Durante a produção do vídeo de apresentação vinculado ao meu projeto de mestrado, optei por utilizar recursos acessíveis e práticos, condizentes com a realidade de muitos pesquisadores independentes e estudantes de pós-graduação. A edição do vídeo foi realizada no aplicativo KineMaster, uma ferramenta amplamente utilizada por criadores de conteúdo acadêmico e educacional devido à sua interface intuitiva e à variedade de recursos disponíveis mesmo na versão gratuita.

Além disso, a thumbnail (imagem de capa) do vídeo foi desenvolvida com o auxílio de inteligência artificial. Parte da composição visual da imagem foi gerada com suporte do ChatGPT, que auxiliou tanto na elaboração textual da chamada quanto na criação de elementos gráficos por meio de ferramentas de geração de imagens integradas. Essa escolha teve como objetivo tornar o conteúdo mais atrativo e visualmente adequado às plataformas digitais.

O vídeo foi publicado no canal “História em Tese”, uma plataforma que tenho utilizado para a divulgação de conteúdos históricos com abordagem acadêmica, porém acessível ao público geral. O canal, hospedado no YouTube, tem como proposta aproximar o conhecimento produzido no ambiente universitário de uma audiência mais ampla, democratizando o acesso a pesquisas e debates historiográficos.

Dessa forma, a apresentação do meu projeto de mestrado foi disponibilizada para visualização pública, como forma de ampliar o alcance e estimular o interesse pela História



### MANUEL PESSANHA: O PRIMEIRO ALMIRANTE DE PORTUGAL

0 visualização há 34 seg. #historia ...mais



História em Tese 4,38 mil

Naval Portuguesa. Os interessados poderão assistir ao vídeo diretamente no YouTube, através do seguinte link: <https://youtu.be/EIHxPuK5gU?si=9Ue396DYjem15e72>

## **2 Parte II - REFERENCIAÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA**

## 2.1 Introdução

Este estudo busca compreender a trajetória de Manuel Pessanha, um genovês que, a serviço da Coroa Portuguesa, desempenhou o cargo de almirante-mor da marinha entre 1317 e 1341, período de grande relevância política e militar para a consolidação do poder dinástico afonsino. O estudo será sobre as ações e decisões que consolidaram sua posição como figura central na estruturação da força naval portuguesa, além de sua contribuição para o fortalecimento da autoridade régia no contexto das relações internacionais e disputas internas da época.

A escolha desse tema se justifica pela importância do italiano como elo entre os saberes marítimos genoveses e as necessidades estratégicas do reino português, destacando o impacto de sua atuação para o desenvolvimento de uma marinha eficiente e modernizada. A sua nomeação, fruto de um acordo estabelecido com D. Dinis, inaugura um novo momento na história naval de Portugal, que será objeto de detalhamento neste estudo.

Assim, será conduzido com base em fontes primárias, sobretudo a “carta de doação de D. Dinis à Manuel Pessanha, o genovês” e secundárias que contextualizam as complexas relações entre Gênova e Portugal, bem como o cenário político e militar da Europa do século XIV. Neste sentido, visio não apenas reforçar o papel da figura estudada como importante membro da história marítima portuguesa, mas também discutir a função que ele desempenhou na consolidação do poder ultramarino lusitano e no fortalecimento da autoridade régia, situando-o como uma figura chave na história da dinastia afonsina e as que vieram em sequência.

## 2.2 A origem da família Pessagno em Gênova e sua vida ao mar

A família Pessagno, cuja relevância se consolidou a partir do século XIII em Gênova, está inserida em um cenário histórico marcado pela hegemonia comercial e naval dessa república italiana. Gênova, enquanto uma das principais potências mediterrâneas da Idade Média, destacava-se como um dos grandes polos de atividade mercantil e militar, desempenhando um papel fundamental nas trocas comerciais entre o Oriente e o Ocidente. A cidade-estado italiana não apenas controlava importantes rotas comerciais, mas também possuía uma tradição naval tão consolidada que atraía alianças com diversos reinos europeus<sup>1</sup>.

A emergência de famílias de certa nobreza na cidade-estado italiana não pode ser dissociada desse cenário. Gênova, enquanto oligárquica, era dominada por uma elite mercantil que disputava poder em nível local e internacional. Os Pessagno estavam entre essas elites mercantes e tinham um histórico de envolvimento em empreitadas navais. Emanuele herdou uma tradição familiar voltada à exploração marítima e à prestação de serviços militares.

Essas qualificações, além de uma rede de contatos bem estabelecida em Gênova, o tornaram uma escolha natural para D. Dinis quando este buscava reorganizar as defesas navais portuguesas. A cidade-estado tinha capacidade não apenas de produzir embarcações modernas para a época, mas também de oferecer conhecimento estratégico sobre navegação e defesa costeira. Essa expertise foi fundamental para que figuras como o futuro Almirante e seus irmãos ascendessem, tanto em âmbito local quanto em âmbito europeu, sendo contratados para liderar frotas estrangeiras.

---

<sup>1</sup> VAIRO, Rossi. O genovês Micer Manuel Pessanha Almirante d'El-Rey D. Dinis. Revista Medievalista. n° 26, 2019.p.4. Disponível em: <https://journals.openedition.org/medievalista/577>

No plano interno, a família, ao lado de muitas outras, foi responsável por ampliar a rede de contatos comerciais e fortalecer as defesas marítimas de Gênova. A experiência acumulada em viagens e empreitadas comerciais deu aos Pessagno um papel central na organização logística das expedições navais. Eles não apenas administravam navios próprios, mas também participavam do planejamento estratégico das operações da frota genovesa, que incluíam missões militares e o transporte de mercadorias preciosas como seda, especiarias e ouro.

Além disso, a família estava envolvida na gestão de recursos essenciais para a construção naval, como madeira e ferro, e na inovação tecnológica no design de embarcações. O conhecimento técnico acumulado permitiu que Gênova mantivesse sua vantagem competitiva sobre outras potências marítimas. É relevante destacar que famílias como as que Emanuele pertencia também desempenhavam funções políticas em momentos de crise, oferecendo apoio financeiro e militar ao governo genovês em troca de concessões e privilégios.

O contratado de D. Dinis é o exemplo mais proeminente do impacto da família Pessagno, não apenas em Gênova, mas além das fronteiras da república. Sua escolha como almirante de Portugal reflete o reconhecimento internacional da competência naval genovesa. Para o monarca português, o recrutamento de um membro da família não era apenas uma solução para os problemas de defesa marítima de Portugal, mas também uma oportunidade de importar conhecimento estratégico de uma das potências marítimas mais avançadas da época.

O contrato do secundogênito simboliza o auge da projeção internacional do clã, consolidando sua reputação como líderes navais e mercantes. A aliança com Portugal, além de beneficiar diretamente o navegador, também trouxe prestígio à família, que se estabeleceu como um modelo de cooperação entre elites mercantis e monarquias europeias. Antônio, Leonardo e Filippo, assim como Emanuele, também eram exímios navegadores, comerciantes e diplomatas.

Segundo Giulia Vairo, “*Antonio, o mais jovem, prestou serviço junto da corte inglesa de Eduardo II, onde exerceu cargos de enorme importância*”. O que os assuntos históricos nos

apontam, é que, dentre estes cargos, estariam os de tesoureiro da corte, mecenas da corte e até de “cavaleiro inglês”, com seus atos de intermediação entre a corte e o clero papal.<sup>2</sup>

Ainda pegando como base o referido artigo, temos Leonardo, que também serviu, em determinado período, à corte inglesa, como atesta a *Carta de recomendação de Eduardo II de Inglaterra, de 31 de Janeiro de 1317*, onde nela, Leonardo é incumbido de ir até Gênova e alugar cinco galês por alguns meses, juntamente de cerca de 200 homens para empregar estes recursos na Guerra da Escócia. Em outros momentos, também é apontada a intermediação em negócios marítimos por parte de Leonardo, em um aluguel de embarcações e tropas à pessoas influentes da própria Inglaterra e Milão.

Sobre Felippo ou “Pesagnino”, sabe-se pouco. Não há evidências ou provas, assim como existem em relação à seus irmãos, que remetem a grandes feitos ou exposições advindas deste indivíduo. No entanto, Vairo nos aponta que: “*compareceu num auto notarial celebrado na presença do notário Giannino Vataccio no dia 18 de Janeiro de 1316 no qual se refere a compra de uma quantia de grão a Antonio Ermirei*”.<sup>3</sup> Com isto, podemos supor que, mesmo em menor escala e tamanho, também se envolvia em seus próprios negócios, mas também, adjunto de seus irmãos “mais conhecidos”, como um auxiliar em suas campanhas, principalmente, mercantes.

Fato é, que em grande parte de suas paralelas vidas, também estavam em paralelos, suas empreitadas e suas vassalagens a quem quer que fosse. Afirmando que, além do contato entre si ainda ser frequentemente mantido, os quatro irmãos ainda poderiam, em certa instância, trocarem mútua assistência.

### **2.3 A escolha por Emanuele Pessagno posta em prática**

Antes de mais nada, é importante dizer que não temos abundantes registros comprovadamente verídicos acerca do uso da alcunha “Almirante” numa era Pré-Pessanha. Temos poucos relatos (e bem questionáveis acerca de sua proveniência) sobre um homem que

---

<sup>2</sup> VAIRO, Rossi. O genovês Micer Manuel Pessanha Almirante d'El-Rey D. Dinis. Revista Medievalista. Nº 26, 2019.p.5. Disponível em: <https://journals.openedition.org/medievalista/577>

<sup>3</sup> Sobre Filippo dito *Pessagnino*, cf. A. Daneri - *Emanuele Pessagno...*, *op. cit.*, p. 33; e T. Belgrano - “Documenti e genealogia...”, *op. cit.*, cfr. doc. VII, p. 252. Neste documento os dois irmãos Leonardo e *Pessagnino* proclamam-se originários de Lavagna.

ocupou esta posição no tempo de Afonso Henriques, que inclusive, teria morrido numa batalha naval ao largo de Ceuta. Anos mais tarde, existiu um comandante de algumas frotas, chamado Nuno Fernandes Congominho. Segundo Marta Pereira Gonçalves, no artigo: “*Ammiragliato – Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-Mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481)*”, sua ocupação ao cargo foi muito mais atrelada à um estreito relacionamento com o Rei D. Dinis, do que propriamente dito à sua expertise técnica em assuntos marítimos, visto que era querido pelo monarca.

Ainda segundo Gonçalves, algumas coisas são provadas acerca da performance e dos feitos da referida figura a frente do que, poderia ser chamada de “Marinha Portuguesa”.<sup>4</sup> A autora delimita o início da trajetória do precursor almirante em 1295 com as seguintes palavras:

uma de suas iniciais idas como almirante-mor data de 1295, quando foi enviado por D. Dinis a tomar e guardar, entregues pelo representante e Fernando IV de Castela, os castelos e vilas de Moura e Serpa. Por estes anos armou galés e em alto-mar atacou de surpresa o monarca Castelhana, que tinha tomado alguns navios mercantes portugueses que estavam no rio Tejo.

O antecessor de Pessanha ocupa o cargo até 1316. Em 1317, é dada a importância de contratar um substituto. Era preciso alguém que colocasse a Marinha Portuguesa num patamar acima do que se encontrava. D. Dinis ordena que dois cavaleiros portugueses, Vicente Eanes César e João Lourenço, por meio de uma embaixada enviada à Avinhão, busquem um novo Almirante. Ouvindo tudo o que o referido Pessagno traria de possível êxito à Coroa Portuguesa e seus objetivos, o convite é prontamente feito.

Como dito anteriormente, a experiência genovesa em marinha mercante e militar era considerada de ponta. Gênova tinha capacidade não apenas de produzir embarcações modernas para a época, mas também de oferecer conhecimento estratégico sobre navegação e defesa costeira. Um homem com essa bagagem e já com muito sucesso em expedições mercantes e conjuntas em determinados territórios, era exatamente o que era preciso. Segundo alguns trabalhos expostos no XV *Simpósio de História Marítima – “O Mar como Futuro de Portugal”*, sobretudo no artigo de Nunziatella Alessandrini e Luís Miguel Duarte, intitulado de “*Porque os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa*”, há a afirmação de

---

<sup>4</sup>GONÇALVES, Marta Pereira. *Ammiragliato – Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481)*. In: *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. P. 102. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15240.pdf>

que, certamente, existiam outras pessoas que, em determinado nível, eram tão qualificados para o cargo quanto o genovês<sup>5</sup>.

As possíveis negociações ou ideias de perfis para o cargo, não são historicamente claras, mas os referidos autores nos dizem que, “*Não foi, portanto, uma escolha leviana, a do rei D. Dinis, quando entregou o cargo de Almirante da marinha portuguesa a um genovês, concretamente a Emanuele Pessagno, mas uma decisão bem pensada e racional.*” Portanto, podemos afirmar que, mesmo que houvesse outros bons nomes no mesmo cenário, e certamente havia, a escolha por ele, trazia a Portugal um ganho logístico, técnico e até diplomático, dadas as informações indicadas anteriormente.

A contratação do italiano ou de qualquer outro nome advindo de uma família forte da grande cidade portuária, imputava ao reino, não somente a contratação de um único ascendente desta referida família, mas sim, de toda ela. Seus contatos, suas relações e até seu respeito seriam importados também. Portugal saía de um “Almirante” que não detinha nenhum respeito internacional e partia para um que, juntamente com seu clã, vinha e era uma das referências do seio naval da Europa e do Mediterrâneo. O conceito da Marinha Portuguesa sobe para tópicos de relações internacionais como o comércio e o militarismo. Era uma resposta para seus próprios habitantes, mas também, uma mensagem para os reinos vizinhos.

Assim, no dia 1 de Fevereiro de 1317, o contrato de vassalagem é assinado entre as partes e, a partir daí, Emanuele, (e eu, a partir daqui, começo a me referir a ele como “Manuel Pessanha”, que é o aporuguesamento do seu nome) é oficialmente alçado à posição de Almirante-mor da Marinha Portuguesa.

Giulia Vairo, no artigo “*O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis*”, nos dá um breve relato sobre como possivelmente se deu esta cerimônia.<sup>6</sup>

o encontro entre D. Dinis e o escolhido decorreu de forma oficial em Santarém. A faustosa cerimónia de nomeação foi caracterizada por um solene ritual em parte

---

<sup>5</sup>ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel. Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa. In: O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448): A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis. Atas do XV Simpósio de História Marítima. Lisboa: Academia de Marinha, 2019. P. 41. Disponível em: <https://academia.marinha.pt/pt/edicoes/Simposios%20Historia%20Maritima/Final%20-%20XV%20Simposio%20Historia%20Maritima.pdf>

<sup>6</sup> VAIRO, Rossi. O genovês Micer Manuel Pessanha Almirante d’El-Rey D. Dinis. Revista Medievalista. Nº 26, 2019.p.8 Disponível em: <https://journals.openedition.org/medievalista/577>

religioso, devido à vigília nocturna de oração na igreja no dia anterior, e em parte leigo, com a chegada do eleito, vestido de roupas requintadas, ao paço do rei. Na concepção geral e em alguns aspectos, como a oferta por parte do soberano dum anel e duma espada, para a mão direita, e dum estandarte com as armas régias, para a mão esquerda, esta cerimónia recorda a investidura dos cavaleiros.

Segundo Gonçalves, poucos dias após a assinatura do contrato<sup>7</sup> e oficialização do mesmo através da passada cerimónia, as incumbências e serviços por parte do Almirante já precisavam valer. “*Quatro dias após a assinatura do contrato, surge uma carta de concessão alertando o almirante para a necessidade de ter consigo vinte genoveses*”.

Ainda com as palavras de Gonçalves, outro ponto importante que embasou a escolha pelo referido genovês, foi que sua rede de contactos era múltipla. Veja:

Aliavam-se a esta realidade as qualidades que favoreciam o serviço deste homem: mantinha contactos com a Inglaterra, uma vez que os seus irmãos estavam a serviço dessa coroa e tinha contactos em Roma, pois outro dos seus irmãos, António, estava ao serviço de Clemente V.

Ou seja, Portugal ganhava com sua “experiencia de campo”, liderança e recrutamento de tropas, conhecimento profundo de rotas mercantes e sua rede de contactos. Além do que, advindo de uma família respeitada no meio naval da Europa, Gênova, Pessanha poderia facilitar as relações diplomáticas entre o reino de Portugal e a cidade-estado, estreitando assim, suas relações e permitindo maior diálogo comercial entre as partes.

O contrato intitulado “*carta de doação, feita pelo Rei D. Dinis a Micer Manuel Pessanha, genovês*” garantia pagamentos e doações por parte da Coroa Portuguesa ao Almirante e desde o início, delimitava suas responsabilidades e atribuições. Não tão longe, também indicava ao novo vassalo, até onde sua autoridade era válida.

Afirmo que D. Dinis procurou em uma autoridade estrangeira, advinda de um lugar com sucesso comprovado em campo, alguém para conduzir e comandar um processo, não de reestruturação (como afirmado por muitos), mas um processo de inicialização de uma de suas forças militares e comerciais enquanto instituição. Como dito, há vagos relatos sobre homens

---

<sup>7</sup>GONÇALVES, Marta Pereira. Ammiragliato – Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481). In: *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. P. 104. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15240.pdf>

que ocuparam um cargo de autoridade sobre embarcações portuguesas, mas o que é amplamente entendido e defendido pelos mais renomados especialistas no assunto, é que a tão famosa e importante para a história do mundo, Marinha Portuguesa, teve seu início, sobretudo militarmente, quando Pessanha assume o comando de uma agora, instituição.

#### **2.4 O contexto de Portugal sob o reinado de D. Dinis**

Durante o reinado de D. Dinis, as atividades marítimas de Portugal passaram por um período de consolidação e expansão, impulsionadas pelas políticas do monarca voltadas para o fortalecimento do comércio e da defesa naval. A pesca e o comércio de bens, como sal, vinho e cereais, eram fundamentais para a economia portuguesa, e o rei implementou medidas para regulamentar, proteger e expandir essas atividades.

Também foi marcado por um processo de centralização do poder que afetou profundamente a estrutura política e social do reino. Suas reformas administrativas, econômicas e militares consolidaram a autoridade régia em detrimento da autonomia da nobreza e do clero, gerando tensões entre esses grupos e impactando diretamente a população. Embora muitas de suas políticas tenham promovido a estabilidade e o crescimento econômico, o descontentamento de setores privilegiados da sociedade tornou-se um desafio constante para o monarca.

A nobreza, tradicionalmente acostumada a uma maior autonomia em seus domínios, sentiu-se ameaçada pelas iniciativas de D. Dinis. O rei restringiu concessões de terras e privilégios que antes eram distribuídos com maior liberalidade, optando por fortalecer o patrimônio régio. Além disso, impôs um controle mais rigoroso sobre os senhores feudais, limitando seu poder militar e interferindo na administração de seus territórios. Essas medidas afetaram diretamente a relação entre os senhores e seus vassallos, pois reduziam a influência dos nobres sobre as comunidades locais e tornavam o rei a principal referência de poder. Muitos nobres viam essas mudanças como uma afronta à sua posição, e a insatisfação culminou em episódios de resistência e conspirações contra a coroa.

O clero também foi alvo da política de fortificação de D. Dinis. Embora o rei mantivesse uma relação estável com a Igreja, ele tomou medidas que reforçavam a autoridade real sobre os bens e rendimentos eclesiásticos. Em 1289, proibiu a aquisição de novas terras por instituições religiosas sem autorização régia, o que limitava a expansão do poder da Igreja e impedia a redução da base tributária da coroa. Além disso, o monarca se envolveu em disputas

com a Santa Sé, buscando assegurar que os recursos gerados no reino fossem utilizados em benefício da administração portuguesa, em vez de serem enviados a Roma. Essas decisões geraram atritos com altos membros do clero, que viam nelas uma ameaça à influência e aos privilégios da Igreja no reino.

No plano social, a população portuguesa sentiu os efeitos dessa centralização de maneiras distintas. Por um lado, a política econômica do rei, com incentivo à produção agrícola, criou oportunidades para o desenvolvimento urbano e o enriquecimento de mercadores, artesãos e camponeses. A estabilidade promovida pela coroa permitiu que vilas e cidades crescessem, e a população urbana passou a ver no governo régio um fator de proteção e desenvolvimento.

As medidas promovidas por D. Dinis foi fundamental para fortalecer o Estado português. Suas políticas consolidaram uma monarquia mais estruturada, capaz de administrar o reino de maneira mais eficiente e preparar Portugal para os desafios do futuro. Embora parte da nobreza e do clero resistisse a essa nova ordem, a firmeza do rei e sua habilidade em administrar conflitos garantiram a continuidade de seu projeto político. Dessa forma, sua administração não apenas reforçou o poder régio, mas também estabeleceu as bases para o desenvolvimento do reino nos séculos seguintes.

A pesca, uma das atividades mais importantes para a economia das regiões costeiras, recebeu atenção especial de D. Dinis. O monarca incentivou a construção de embarcações, regulamentou áreas de pesca e investiu na proteção da costa contra ataques de piratas e corsários. Essa segurança maior permitiu que os pescadores operassem com menos riscos, o que foi bem recebido pela comunidade pesqueira. No entanto, o fortalecimento da marinha portuguesa trouxe um problema significativo para esses trabalhadores: o recrutamento forçado. Em tempos de necessidade, muitos pescadores eram obrigados a servir na frota real como marinheiros, principalmente na era Pré-Pessanha.

Essa interferência no cotidiano da pesca causava insatisfação, pois afastava os trabalhadores do mar e comprometia seu sustento. No comércio marítimo, Portugal já mantinha relações ativas com reinos da Península Ibérica, Inglaterra e o Mediterrâneo, exportando vinho e azeite, enquanto importava tecidos e especiarias. D. Dinis expandiu essas relações, assinando tratados comerciais e garantindo privilégios para mercadores portugueses no exterior. Ao mesmo tempo, estabeleceu tarifas alfandegárias e novos tributos sobre exportações e importações, o que gerou resistência entre os comerciantes.

Um marco decisivo para a defesa marítima e o comércio foi a criação do cargo de almirante-mor, entregue à Pessanha em 1317. Essa nomeação consolidou uma estrutura naval mais organizada e profissionalizada, garantindo proteção contra ataques estrangeiros e piratas. Para comerciantes que dependiam da segurança nas rotas marítimas, essa medida foi positiva, pois reduzia os riscos de perdas em alto-mar. No entanto, a criação dessa força naval exigia investimentos constantes, financiados por meio de impostos sobre atividades marítimas. Isso gerava um equilíbrio delicado entre os benefícios e os custos das políticas régias, o que fazia com que a percepção do governo de D. Dinis entre os setores ligados ao mar fosse ambígua. Apesar das tensões geradas por tributos e recrutamentos, a política marítima de D. Dinis estabeleceu as bases para o crescimento naval de Portugal nas décadas seguintes. As melhorias na defesa costeira, a regulamentação do comércio e o fortalecimento da frota portuguesa foram passos fundamentais para a afirmação do reino como uma potência marítima emergente. Mesmo que houvesse insatisfações pontuais entre pescadores e comerciantes, a estabilidade promovida pelo rei impediu revoltas generalizadas e garantiu que Portugal continuasse seu desenvolvimento econômico e naval durante e após seu reinado.

## **2.5 A “carta de doação, feita pelo Rei D. Dinis a Micer Manuel Pessanha, genovês”**

A Carta de Doação a Micer Manuel Pessanha, firmada em 1 de fevereiro de 1317 pelo rei D. Dinis, é um documento fundamental na história naval portuguesa, pois oficializou a criação do cargo de Almirante do Reino de Portugal e estabeleceu as bases para a organização da primeira esquadra portuguesa. Seu conteúdo reflete a necessidade urgente de defesa marítima que Portugal enfrentava no início do século XIV, período marcado por ataques piratas, disputas territoriais e rivalidades comerciais com reinos vizinhos.

A apresentação e consolidação cerimonial de Pessanha sendo alçado ao cargo de Almirante, aconteceu na Festa de Apresentação de Jesus no Templo (conhecida como festa da

purificação da Virgem Maria ou da Nossa Senhora da Luz), em um momento solene no paço real de Santarém. O genovês assinou o contrato que continha as obrigações recíprocas das partes. Neste diploma, D. Dinis, impunha o vínculo de homenagem e de vassalagem que devia ligar o almirante ao rei e aos seus sucessores, o obrigando a se mudar para o reino de Portugal para servir a Coroa.<sup>8</sup>

O contrato dizia que o Almirante receberia uma quantia anual de 3000 libras em moeda portuguesa. O monarca estabelecia que o título fosse “perpétuo e duradouro”, ou seja, até à morte do italiano. Além disso, também era hereditário, podendo ser transmitido ao primeiro filho homem, legítimo e leigo, e, caso não houvesse nenhum, a outro filho homem, igualmente legítimo e leigo e descendente por linha direta da sua família. Especialmente sobre isso, ao longo do texto, é importante notar a insistência de D. Dinis para que o ofício seja assumido obrigatoriamente por um membro da linhagem de Manuel, sinal da fama de confiabilidade e competência de que, evidentemente, a família genovesa detinha até ali através dos seus feitos, junto à corte portuguesa.

Por outro lado, Pessanha declarava se colocar ao serviço do seu senhor e suserano em tempos de paz e em tempos de guerra, empenhando-se em servi--lo “*contra todos os homens do mundo, de qualquer estado e condição [...] também Christaos como Mouros*”, proteger de e não realizar qualquer “dano e desserviço” contra o rei. Se colocava em uma opção de prestar conselho, tornando se ouvinte e, obviamente, conselheiro do rei como “leal e verdadeiro vassalo”, comprometendo-se a cumprir as suas tarefas com não menos de três galés e a segui-lo em combate por mar e também por terra se fosse preciso, mas mantendo a delimitação de sua autoridade, já citada.

Além disso, o contrato dizia que Manuel precisava manter, à sua custa e para sempre, vinte homens “sabedores de mar”, seus compatriotas, ou seja, genovês, para servir de alcaides (chefes de administração) das galés e de arrais nas galés régias. O almirante podia dispor destes homens para os seus negócios e outras atividades, muitas vezes realizadas no Mediterrâneo e

---

<sup>8</sup>PORTUGAL. Rei (1279-1325: Dinis). Carta de doação feita pelo rei D. Dinis a micer Manuel Pessanha, genovês, do almirantado de Portugal, do lugar da Pedreira, em Lisboa, e de mais três mil libras ou uma vila por elas, para ele e seus sucessores legítimos, e a quinta parte das presas que tomasse aos inimigos da fé ou aos inimigos do reino, excluindo os cascos dos navios, aparelhos, armas e mouro de mercê, porque estas coisas eram livremente dos reis, e o mouro devia ser tomado pelo custo usado nos seus senhorios. 1 fev. 1317. Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, f. 109. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Disponível em: [https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185771&utm\\_](https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185771&utm_)

para os interesses de Gênova. Estas atividades poderiam ser em navegação de guerra e também de corso, quando não ocupados em serviço ao rei.<sup>9</sup>

A carta detalhou os direitos sobre espólios de guerra prevendo que o genovês teria direito a um quinto de todas as presas capturadas de inimigos da fé ou do reino, excluindo, no entanto, os cascos dos navios, armas e equipamentos, que permaneceriam sob domínio real. Prisioneiros muçulmanos capturados deveriam ser entregues à Coroa, exceto nos casos em que fossem adquiridos pelo valor estipulado nas terras sob domínio régio. Seu compromisso ia além da simples defesa marítima. Ele deveria recrutar marinheiros experientes, muitos deles genoveses, para integrar a nova estrutura naval portuguesa, além de supervisionar a construção e manutenção das embarcações destinadas à frota do reino. Sua principal responsabilidade era garantir a segurança das costas portuguesas contra ataques corsários e inimigos estrangeiros, protegendo as rotas comerciais e fortalecendo a posição do reino nas disputas pelo controle marítimo na Península Ibérica e no Atlântico.

Também ficou claro, que o Almirante era a figura detentora de maior autoridade mar adentro. Porém, o que me chama a atenção, é que mesmo sendo uma figura militar importante, D. Dinis delimitou esta autoridade da terra para fora. Era vetado à Pessanha qualquer direção ou ordenamento à tropas ou homens que não estivessem subordinados à Marinha Portuguesa, mesmo constando no contrato a ordenação de que o Almirante deveria seguir o monarca, caso fosse solicitado, nas empreitadas terrestres. Ou seja, a delimitação de autoridade e jurisdição exercidas pelo genovês era veementemente demarcada.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup>PORTUGAL. Rei (1279-1325: Dinis). Carta de doação feita pelo rei D. Dinis a micer Manuel Pessanha, genovês, do almirantado de Portugal, do lugar da Pedreira, em Lisboa, e de mais três mil libras ou uma vila por elas, para ele e seus sucessores legítimos, e a quinta parte das presas que tomasse aos inimigos da fé ou aos inimigos do reino, excluindo os cascos dos navios, aparelhos, armas e mouro de mercê, porque estas coisas eram livremente dos reis, e o mouro devia ser tomado pelo custo usado nos seus senhorios. 1 fev. 1317. Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, f. 109. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185771&utm>

<sup>10</sup>PORTUGAL. Rei (1279-1325: Dinis). Carta de doação feita pelo rei D. Dinis a micer Manuel Pessanha, genovês, do almirantado de Portugal, do lugar da Pedreira, em Lisboa, e de mais três mil libras ou uma vila por elas, para ele e seus sucessores legítimos, e a quinta parte das presas que tomasse aos inimigos da fé ou aos inimigos do reino, excluindo os cascos dos navios, aparelhos, armas e mouro de mercê, porque estas coisas eram livremente dos reis, e o mouro devia ser tomado pelo custo usado nos seus senhorios. 1 fev. 1317. Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, f. 109. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Disponível em: [https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185771&utm\\_](https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185771&utm_)

Também era imposto pelo Rei, o fato de que, caso o próprio estivesse sob a embarcação, o comando estava sob si e não sob o Almirante. Isso prova por fato sobre fato, que o poder e a autoridade de Manuel eram estritamente delimitados à Marinha do reino, mas ainda, mesmo que dentro de uma galé portuguesa, quando D. Dinis ou qualquer descendente da realeza que assumisse o trono estivesse presente, ele estaria subordinado e as direções seriam dadas por este referido. A partir deste momento, o almirante mor, no exercício das suas funções ao serviço da Monarquia lusitana, ganhou o favor e a estima de D. Dinis, mostrando ter capacidades de organização e de comando no setor, para além da lealdade, da confiabilidade e das qualidades de fiel e sábio conselheiro que eram exigidas ao seu mandato. Basicamente, isto vai resumir o que era exigido, tratado e prometido por ambas as partes neste contrato.

Conforme o tempo passou, houve várias mudanças, acréscimos e bônus por parte da Coroa ao Almirante. A grande quantidade de diplomas (cartas e concessões) propostas por D. Dinis a favor de Manuel entre 1317 e 1322 é notória, havendo nelas, explícitos, todos os benefícios, privilégios, poderes, obrigações, prerrogativas e competências, daquele que se ia tornar o chefe da Marinha portuguesa. Desde a obrigação de manter vinte homens vindos de Génova ao serviço do rei, até o fato que os mareantes deveriam voltar, depois de certo período de ociosidade, estarem servindo os interesses reais, voltando novamente a se ater para isso, em 1319, sobre as condições da transmissão do almirantado, ao doar o reguengo de Algés e o castelo e a vila de Odemira com todos os seus termos, direitos, rendas e jurisdições ao italiano, no lugar das 3000 Libras doadas em 1317.

Giulia Vairo Diz que: *“A revisão das condições do contrato em termos mais favoráveis e perduráveis para o genovês, com a doação da vila de Odemira, resultou do facto de Manuel Pessanha ter correspondido às expectativas do Rei, conquistando definitivamente a sua confiança.”*<sup>11</sup>

Este contrato, nomeando posses, terras, cargos, afazeres, responsabilidades, concessões e tudo que há, nada mais era do que um contrato de vassalagem. Não há como discordar da ideia de que a “vassalagem estrangeira” era presente nessa relação.

---

<sup>11</sup>VAIRO, Giulia Rossi. O Rei D. Dinis, Manuel Pessanha e o Regimento do Almirante. In: O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448): A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis. Atas do XV Simpósio de História Marítima, 14 a 16 de novembro de 2017. Lisboa: Academia de Marinha, 2019. P. 62. Disponível em: <https://academia.marinha.pt/pt/edicoes/Simposios%20Historia%20Maritima/Final%20-%20XV%20Simposio%20Historia%20Maritima.pdf>

## 2.6 Uma análise sobre a vassalagem de Pessanha à Dinastia Afonsina

A vassalagem feudal era baseada em um sistema de lealdade e prestação de serviços entre o vassalo e o rei. Durante o reinado de D. Dinis, essa relação era fundamental para garantir a estabilidade do reino e a manutenção da ordem social. O vassalo, ao jurar fidelidade ao rei, comprometia-se a servi-lo em tempos de guerra e em outras situações que exigissem a proteção do território. Em troca, o rei concedia terras e privilégios ao vassalo.<sup>12</sup>

Esse compromisso de lealdade não era apenas individual, mas era transmitido de geração em geração. O filho do vassalo herdava as obrigações do pai, mantendo o vínculo de lealdade com o rei. Esse sistema de sucessão garantiu a continuidade das relações de poder e a centralização da monarquia, pois a fidelidade ao rei era garantida por um ciclo de lealdade que passava de pai para filho. Além disso, o filho do vassalo também devia servir ao filho do rei, perpetuando o vínculo de lealdade entre, nesse caso, a casa real e seus súditos. Esse processo ajudava a consolidar o poder do rei e a criar uma rede de apoio que transcendia as gerações, fortalecendo a estrutura feudal em Portugal. Dessa forma, a vassalagem era uma prática que envolvia não apenas o vassalo e o rei, mas também suas respectivas famílias, criando um sistema de lealdade duradouro e essencial para o funcionamento do reino medieval. Segundo José Mattoso diz que: “*a vassalagem era transmitida de pais para filhos, numa lógica que associava fidelidade pessoal à construção de alianças duradouras entre famílias nobres e o rei, o que garantia a continuidade da autoridade régia*”, na obra “*A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder, publicado pela Editorial Estampa, em 1981*: Isto reforça, ainda mais, a referida afirmação.

Pessanha era vassalo da Coroa Portuguesa. O contrato entre as partes, feito por morgadio (nome dado a um tipo de contrato de vassalagem, sendo sua principal característica, a transmissão integral da propriedade para o primogênito, preservando a unidade e a integridade do bem, neste caso, do cargo), era bem claro quanto à prorrogação das

---

<sup>12</sup> PORTUGAL. Rei (1279-1325: Dinis). Carta de doação feita pelo rei D. Dinis a micer Manuel Pessanha, genovês, do almirantado de Portugal, do lugar da Pedreira, em Lisboa, e de mais três mil libras ou uma vila por elas, para ele e seus sucessores legítimos, e a quinta parte das presas que tomasse aos inimigos da fé ou aos inimigos do reino, excluindo os cascos dos navios, aparelhos, armas e mouro de mercê, porque estas coisas eram livremente dos reis, e o mouro devia ser tomado pelo custo usado nos seus senhorios. 1 fev. 1317. Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, f. 109. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Disponível em: [https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185771&utm\\_](https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185771&utm_)

responsabilidades geracionais de ambos. Este contrato determinava que esta vassalagem era perpétua (até a morte do italiano) e hereditária (seus filhos passariam a ocupar o cargo), portanto, assim também seria com as gerações subsequentes. Ou seja, posteriormente à morte do Almirante, seu filho mais velho seria alçado ao cargo e assim, sucessivamente.

A vassalagem de Manuel à Dinastia Afonsina insere-se em um contexto mais amplo de profissionalização da defesa marítima portuguesa e da consolidação do poder régio sobre as forças navais. Antes do seu contrato com a Coroa em 1317, a esquadra portuguesa era composta por contingentes improvisados, frequentemente organizados por pescadores e mercadores, sem uma estrutura permanente de comando. O acordo estabelecido entre Manuel e D. Dinis garantia ao genovês não apenas o título de Almirante, mas também uma série de benefícios feudais, incluindo terras e rendas fixas, além do direito de, como dito, ter sua própria descendência como seus sucessores.

Esse ponto é crucial, pois demonstra que este combinado, não era um simples contrato entre vassalo e suserano, também não era só uma relação de serviço militar, mas era um vínculo estrutural entre sua linhagem e a Coroa Portuguesa, assegurando a continuidade da liderança naval dentro de sua família.

O contrato determinava que Pessanha e seus sucessores deveriam servir exclusivamente ao rei de Portugal, garantindo que seu conhecimento naval e suas forças não fossem empregados em benefício de outros monarcas ou cidades-estado. Como qualquer vassalo, Manuel deveria prestar um juramento solene de fidelidade ao rei, prometendo servi-lo em qualquer necessidade militar, especialmente na defesa do litoral português contra piratas e nações inimigas. Esse juramento implicava obediência irrestrita às ordens régias, incluindo mobilização imediata da frota sempre que requisitado.

O que era instituído, é que caso houvesse falta de lealdade, ou seja, traição, quem a cometesse seria destituído da vassalagem e, por consequência dos seus privilégios e responsabilidades. Fora que, as consequências até vitais para tal ato contra a monarquia, também seriam sofridas. Apesar de, nos primeiros 40 anos dessa linhagem estar a frente do Almirantado português, não ter havido, pelo que se conhece, nenhum caso desta natureza, Lançarote Pessanha, filho de Manuel e substituto do irmão, não sendo o primogênito, foi acusado de traição e destituído do seu cargo por duas vezes. A consequência mais grave, foi

quando em 1384, durante a Crise Dinástica (1383-1385)<sup>13</sup>, em Beja, foi assassinado por seus atos de contravenção à coroa, sendo atirado do alto de uma torre.

Um ponto que devemos considerar, é que esta vassalagem estreitou os laços políticos e comerciais entre Portugal e Gênova, e também com os Papas regentes no período, com o sabedor de mar atuando como intermediário e facilitador dessas alianças estratégicas. Apesar de sua origem genovesa, ele compreendeu que sua posição dependia da lealdade ao rei de Portugal, o que se refletiu em sua integração no sistema de centralização de poder português. No entanto, essa lealdade não era apenas uma questão de fidelidade pessoal, mas também uma negociação de interesses. A vassalagem permitiu ao navegador, garantir sua ascensão no comando da marinha e em outros aspectos do poder, como o de confidente e conselheiro dos reis aos quais serviu, ao mesmo tempo em que não se omitiu em relação aos interesses comerciais e estratégicos de sua terra natal no contexto ibérico.

Ao analisar essas complexas interações, precisamos dividir as relações. Primeiro, peguemos o que a suserania da monarquia e, em que níveis, trouxe de benesses ou auxílios ao Clã Pessanha. (I) O primeiro benefício que o genovês recebeu da Dinastia Afonsina foi o título vitalício de Almirante de Portugal. Essa concessão representava a fundação de um comando naval permanente no reino, centralizando a autoridade sobre a esquadra. Além do título, como já dito, recebeu autonomia para organizar, comandar e recrutar a frota, garantindo que a estrutura naval portuguesa estivesse sob controle profissional e experiente. (II) Para consolidar sua posição, a Coroa concedeu ao italiano terras e rendas. Além de propriedades em território português, a família recebeu direitos sobre parte das receitas advindas da atividade portuária e do comércio e guerra marítima. Esses benefícios tornavam o cargo de Almirante altamente lucrativo, incentivando a continuidade da lealdade da família à casa real. (III) Um dos privilégios mais estratégicos que a Dinastia Afonsina concedeu foi a hereditariedade do cargo,

---

<sup>13</sup>A Crise de 1383-1385 em Portugal foi um período de instabilidade política desencadeado pela morte de D. Fernando I sem herdeiros masculinos diretos, o que colocou em risco a independência do reino. A sucessão proposta — o casamento da infanta D. Beatriz com o rei de Castela, João I — gerou o temor de uma união dinástica e subordinação a Castela. Como observa Maria Helena da Cruz Coelho, professora da Universidade de Coimbra, “a crise dinástica não foi apenas um conflito sucessório, mas também um momento de afirmação das forças sociais urbanas e da nobreza não alinhada com o partido legitimista”. Nesse contexto, a emergência de D. João, Mestre de Avis, como representante de uma solução nacionalista e a subsequente vitória na Batalha de Aljubarrota (1385) consolidaram uma nova legitimidade régia baseada no consentimento dos representantes das cortes, marcando a transição para a dinastia de Avis e um fortalecimento da identidade política portuguesa frente às ameaças externas.

garantindo que os seus descendentes mantivessem sua posição ao longo das gerações. Isso estabeleceu um vínculo duradouro entre a família e a Coroa. Esse direito sucessório criou uma relação de dependência mútua: a monarquia garantia continuidade administrativa e militar, enquanto o clã preservava sua influência e dominância.

A vassalagem do genovês à Dinastia Afonsina foi prestada em quatro níveis primordiais: (I) No primeiro nível, firmou um contrato oficial com o rei, selando sua lealdade e compromisso vitalício com Portugal. Esse documento estabelecia que ele não poderia servir a nenhum outro monarca ou potência marítima, garantindo que seu conhecimento náutico e militar estivesse exclusivamente a serviço do reino, como já dito anteriormente. (II) No segundo nível, sua vassalagem envolvia a prestação de serviços diretos. Desde a prontidão e preparação das frotas ou esquadras a serviço do rei, da organização, treinamento, recrutamento de tropas e comando das forças navais portuguesas, até empreitadas mercantes e diplomáticas. (III) O terceiro nível de comprometimento era a responsabilidade estratégica e administrativa. Ele não apenas comandava os navios em batalha, mas também supervisionava a construção e manutenção da frota e definia táticas navais. (IV) No nível mais profundo de vassalagem, o italiano integrava-se permanentemente à estrutura do poder régio, tornando-se um pilar essencial da política marítima portuguesa. Seu compromisso com D. Dinis e seus sucessores consolidou uma marinha mais organizada e eficiente, pavimentando o caminho para o fortalecimento naval que, nos séculos seguintes, permitiria a expansão ultramarina portuguesa.

Como dito, o genovês trouxe para Portugal várias benesses e também recebeu para si vários privilégios. Os seus sucessores, não necessariamente trouxeram os mesmos benefícios para o reino, mas usufruíram de todos os privilégios que lhe foram concedidos. Desde a ocupação de terras doadas pela coroa, certa parte de seus espólios confiscados através de suas empreitadas navais, até acordos matrimoniais que membros da linhagem familiar obtiveram. Tudo isto tem ligação com a vassalagem do Almirante-mor.

## **2.7 A atuação de Manuel Pessanha à frente da Marinha Portuguesa**

A trajetória de Pessanha sob o comando da Marinha Portuguesa é, em certo nível, extensa e intensa. Como ficou claro, ele foi incumbido de ser responsável não por uma reestruturação na alçada marítima do reino, mas sim por construir, mesmo que não seja do zero, uma nova fase do departamento régio. Alinhado a isso, assim como também já dito, é preciso considerar que sua atuação não era a todo tempo ligada à Marinha enquanto instituição. Muitas

de suas empreitadas e viagens foram feitas para tratar de assuntos próprios e de assuntos vinculados à monarquia ao qual ele era vassalo. Desde encontros com o Alto Clero, mediações de negociações entre monarquias distintas, até seus próprios negócios nos portos italianos/Mediterrâneos. Tudo isso era feito pelo meio marítimo.

Dividamos, portanto, a atuação de Manuel neste período em alguns tópicos e subtópicos. É preciso separar e individualizar suas atuações diplomáticas, militares e organizacionais. Na sequência as apresentamos.

### **Atuação organizacional**

Geograficamente, Portugal, na mesma medida em que é privilegiado por sua posição estratégica no Globo, dada sua centralidade e localidade, possibilitando rotas comerciais, águas vitais e possibilidade de crescente econômica através da pesca, também é refém de uma vasta costa litorânea, que pode ser uma desvantagem em ataques contrários.

Antes de abordarmos as possíveis inovações trazidas pelo novo Almirante à estrutura marítima portuguesa, é necessário considerar o contexto dos anos que antecederam sua chegada, marcados por desafios relevantes para o reinado de D. Dinis. Embora o reino já contasse com galés e outras embarcações, a inexistência de uma marinha plenamente institucionalizada e profissionalizada dificultava a organização naval e a defesa costeira. A longa faixa litorânea de Portugal favorecia atividades ligadas ao mar, entre as quais a pesca se destacava como uma prática essencial para muitas comunidades litorâneas. Como observa José Mattoso diz que: “*nas regiões costeiras, a pesca constituía uma atividade complementar da agricultura e da navegação, assegurando o sustento das populações e contribuindo para o abastecimento urbano, sobretudo nas épocas de jejum religioso*”. Embora não fosse o pilar da economia do reino, a pesca representava uma fonte estável de recursos e fazia parte da dinâmica cotidiana das populações litorâneas, inserindo-se também no conjunto mais amplo de interesses marítimos da Coroa.

Sentia-se desde o princípio, a necessidade de proteger estes fatores citados. Sua grande zona territorial litorânea, também era alvo de ataques de piratas e de mouros, sendo que, os conflitos ibéricos contra os muçulmanos, ainda não haviam chegado ao fim. As tensões com os reinos vizinhos também eram visíveis e reais e Portugal não tinha manejo o suficiente para se defender a altura do que seria repreendido. Fato é que, a Marinha, enquanto instituição profissionalizada, precisava existir.

Sua não profissionalização, o que antes era um problema, foi solucionada por Manuel Pessanha com algumas intervenções. Algumas delas, sendo de caráter transformacional ou adaptativo: (I) foram instalados estaleiros em Lisboa, Porto, Vila Franca, São Martinho do Porto, Vila do Conde e Viana do Castelo, usados para construção e manutenção das embarcações, depósito de matéria-prima e até como “casa” de certa parte da tripulação. (II) foi criado o posto de besteiros (homens armados com bestas), cuja fonte de recrutamento eram os concelhos do litoral, entre barqueiros e pescadores; (III) foram instaladas, também, as barcas (rápidas, para transportar recursos e cargas em meios costeiros e fluviais) e as naus (para longas viagens, com função de transporte de tropas e menos para utilização em combates navais), que ampliavam as tradicionais galés, galeotas e fustas; (IV) o recrutamento de tropas para a Marinha, também foi melhor instituído. A tripulação passou a ser recrutada pelo sistema de “Vintenas do mar” (o nome se deve, pelo fato de, quando as galés se armavam, de cada 20 homens, era sorteado um para o remo); (V) a organização e hierarquização da tripulação, também foi melhor formulada. Esta hierarquia era formada por: alcaides do mar e alcaides de galés (comandantes dos navios que tinham status de cavaleiro), abaixo vinha o espedeiro que, por estar responsável pelo leme de espadela, era, num linguajar muito simples, o “piloto”. Existia ainda, mais duas espécies de oficiais, os proeiros (manobristas da proa da embarcação) e os petintais, este último, sendo correspondente ao carpinteiro calafate (construtor e chefe de manutenção de embarcações); (VI) a mudança nas táticas de combate naval também foi posta em prática, introduzindo a batalha em linha. Essa tática envolvia alinhar os navios de maneira organizada, em formação de linha, para maximizar o poder de fogo de cada embarcação através de seus longos aríetes que detinham a função de abalroar e, posteriormente, afundar frotas inimigas. Essa formação possibilitou um ataque mais coordenado e maior controle durante o combate; (VII) estabeleceu um sistema de treinamento constante para os marinheiros e oficiais. Esse treinamento começou a ser baseado em métodos organizados e planejados para capacitação. Os tripulantes seriam treinados para exercer funções específicas e detalhadas. Portanto, com estas e mais outras mudanças na estrutura institucional da Marinha, o setor marítimo assumiu um caráter permanente e profissionalizado.

Ainda faziam parte do caráter organizacional, os deveres de Pessanha à frente da Marinha. Algumas dessas responsabilidades eram exercidas em embarcações e outras fora das mesmas. Eram elas: (I) que serviria de modo coeso e leal à frente das galés sempre que fosse chamado, mas não seria obrigado a sair ao mar com menos de três galés; (II) que se o rei saísse pessoalmente em empreitadas militares com Exército, e o chamasse, ele acompanharia e

serviria por terra, mas mantendo sua autoridade delimitada ao mar e sendo subordinado, estritamente, pelo seu suserano; (III) que teria jurisdição e autoridade sobre todos os homens que com ele estivessem nas galés do Rei, tanto em frota (pequeno número de navios de guerra), como em armada (grande número de navios de guerra), no mar ou nos portos onde entrasse, sendo todos obrigados a obedecer o italiano como se o Rei estivesse presente. E todos os que fossem nas galés obedeciam aos seus alcaides, como era costume, afinal, eles estariam acima na hierarquia citada anteriormente; (IV) que poderia castigar, caso houvesse motivo, nos corpos, aos que desobedecessem, como o próprio rei faria se estivesse presente. A autoridade do comandante sobre a Marinha era visível e institucionalizada;

No campo da organização naval, Pessanha foi bem sucedido ao transformar uma Marinha rudimentar, num importante departamento militar e mercante forte, que permitiu vigiar, dissuadir e coagir as ameaças costeiras e garantir a defesa territorial imperial.

### **Atuação militar**

Embora sua atuação à frente das frotas e esquadras portuguesas tenha tido sucesso a nível organizacional, seus resultados no campo militar são tidos por muitos historiadores e especialistas no ramo, como inconclusivos. Seus sucessos em alguns cercos e batalhas e insucessos em outras muitas, não deixam claro se o Almirante era, de fato, um grande marinheiro devastador, militarmente falando. Existem algumas documentações históricas que nos indicam certo êxito em determinadas frentes. Falaremos em específico de alguns enteveros maiores.

#### (I) A guerra civil de 1319 – 1324

João Gouveia Monteiro, na obra “*A História Militar de Portugal*”, nos aponta qual era o contexto vivido por Portugal nesta delimitação temporal com as seguintes palavras:<sup>14</sup>

Em tempo de crise dos rendimentos senhoriais, afetados pelo crescimento da economia monetária em toda a Europa, a estratégia centralizadora do novo monarca provocou grandes tensões entre ele e a nobreza; a preferência de Dinis por um dos seus filhos bastardos, Afonso Sanches, que nomeou mordomo mor do reino, também não foi bem recebida. [...] O Rei envelhecia na proporção direta do seu isolamento perante a mais

---

<sup>14</sup>TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouveia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. P. 744. Disponível em: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/hist%C3%B3ria-militar-de-portugal>

alta nobreza do reino. [...] Afonso reuniu forças para uma guerra contra o próprio pai. Do seu lado, estavam muitos fidalgos de primeira água – aqueles que dissemos terem procurado o exílio e ainda outros, como João Pires de Portel –, mas também alguns membros de linhagens de menor visibilidade (entre os quais certos elementos das famílias Casal, Alvim, Chacim, Canelo, Barreto, Coelho, Novais, Fonseca ou Pimentel) se mostraram disponíveis para o apoiar. Do lado do rei, contavam-se sobretudo, além do meirinho mor de Entre Douro e Minho, Mem Rodrigues de Vasconcelos, alguns nobres menos importantes, oriundos de famílias como os Abreu, os Bugalho (que detinham a alcaidaria de Lisboa), os Franco, os Redondo, os Alvarenga, os Alcoforado ou os Alvelos.

A intervenção marítima não foi usada com frequência, dada a natureza dos conflitos. A Marinha deu um suporte muito mais logístico e defensivo, sendo responsável por patrulhar o litoral e assegurar que nenhum apoio marítimo chegasse ao infante D. Afonso, o futuro D. Afonso IV, que liderava a oposição contra seu pai. O Almirante utilizou táticas como o bloqueio de portos estratégicos, impedindo o abastecimento de tropas e dificultando movimentos marítimos. Além disso, o italiano participou diretamente na logística militar, organizando o transporte de tropas leais a D. Dinis entre diferentes pontos do território português. Sua presença também foi essencial na repressão à revoltas costeiras, garantindo que cidades portuárias permanecessem sob controle do rei. A esquadra sob seu comando contribuiu significativamente para a estabilização do reino durante o conflito, até sua resolução.

## (II) A guerra luso-castelhana de 1336 – 1339

Já a quase vinte anos à frente da Marinha Portuguesa, Pessanha havia construído e formado lideranças capazes de nortear tropas e grandes comboios marítimos mar a fora. Sendo, agora, vassalo de D. Afonso IV, filho de D. Dinis, o genovês e seus comandados tiveram forte atuação na Guerra Luso-Castelhana. Ainda segundo Monteiro, a guerra se iniciou por conta do<sup>15</sup>

O casamento de sua filha Maria com o rei Afonso XI de Castela, que a desprezava em benefício de uma outra dama, Leonor de Guzmán, o que veio turvar esse ambiente (relação entre as monarquias). Indignado com o seu genro, cujo comportamento em algumas cartas e embaixadas

---

<sup>15</sup>TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouveia. História Militar de Portugal. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. P. 749. Disponível em: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/hist%C3%B3ria-militar-de-portugal>

diligenciadas por D. Maria se encarregaram de empolar, o monarca acabou por se dispor a uma intervenção nos assuntos do reino vizinho.

Com isso, em 1336, é declarada guerra à Castela por parte de Portugal. Logo de início, armadas por terra e mar são lançadas até o território castelhano vindas de território lusitano. Uma armada de dois mil homens, capitaneada por Gonçalo Camelo e composta por vinte navios, incluindo cinco galés e sete naus, vai à direção da Andaluzia. Ali, em meados de setembro de 1336, se travou um combate a pé que ditou o fracasso da expedição portuguesa. Com dificuldades de desembarque, devido à resistência do inimigo, a armada acabaria por regressar ao Tejo, sendo ainda atingida por um temporal. Outras ofensivas aconteceram por parte da frota marítima portuguesa. Ainda em 1336, para contra-atacar o exército castelhano que pressionava a fronteira norte de Portugal, Afonso IV enviou uma armada sob o comando do almirante Pessanha para acabar com as costas da Galiza e das Astúrias, o que resultou na apreensão de muitas embarcações de pesca e de guerra, trazendo sucesso à empreitada.

Já em 1337, uma esquadra composta por trinta galés e novamente chefiada pelo Almirante-mor partiu rumo ao Algarve. Praticamente ao mesmo tempo, veio de Sevilha uma frota Castelhana, também com destino ao litoral Algarve. A esquadra comandada por Jofre Tenório era composta por quarenta galés. Era impossível não existir o confronto. Porém, houve o adiamento por vários meses devido a um novo temporal que atingiu em cheio as duas armadas e as obrigou a regressar às suas bases e a reparar suas embarcações, armas e equipamentos. As forças navais inimigas se encontraram ao largo do cabo de São Vicente em meados de julho de 1337, mas ambas, desfalcadas de muitas embarcações, fruto do fato anteriormente citado. De acordo com Monteiro<sup>16</sup> Um ataque das galés portuguesas provocou a rendição de algumas embarcações inimigas, mas, quando a vitória parecia ser certa e garantida, alguma coisa provocou uma reviravolta inesperada e gigantesca. As embarcações portuguesas foram pressionadas, abalroadas e, em alguns casos, afundadas. As tropas e embarcações lusitanas começaram a sentir grandes dificuldades, um panorama que se tornou ainda mais sombrio quando, depois de ser atingido, o navio onde Pessanha estava, também afundou. Ele e seu filho

---

<sup>16</sup>TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouveia. História Militar de Portugal. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. P. 754. Disponível em: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/hist%C3%B3ria-militar-de-portugal>

foram capturados e aprisionados. Talvez esta tenha sido a última grande batalha naval deste curto conflito, visto que, em 1338, era assinada a trégua entre os reinos.<sup>17</sup>

### (III) A Batalha do Rio Salado – 1340

Segundo Monteiro, o contexto que presumiu este conflito era,

Entretanto, em Sevilha, Afonso XI – que dispunha de uma bula de Cruzada do papa Bento XII, emitida em março de 1340, para que os reis cristãos da Península se aliassem nesta guerra – reuniu um conselho régio alargado, que aprovou a formação de uma aliança cristã contra a ameaça muçulmana. Neste contexto, a rainha D. Maria (filha do rei Português, Afonso IV) começou por sondar o pai, em Évora, seguindo-se um encontro na Juromenha entre o monarca lusitano e o seu genro, Afonso XI, em outubro de 1340<sup>18</sup>.

Embora esta batalha tenha sido realizada em terra firme, a Marinha Portuguesa, juntamente com a Castelhana, serviram como suporte para os combatentes. A esquadra assegurou o controle naval no Estreito de Gibraltar, impedindo que reforços muçulmanos oriundos do norte da África chegassem às forças benimerines e do Reino de Granada. Sua atuação foi essencial para o bloqueio marítimo, garantindo que a mobilidade do inimigo fosse restringida. Além disso, a frota portuguesa protegeu as rotas de abastecimento dos exércitos aliados, assegurando a logística necessária para sustentar as tropas cristãs ao longo do confronto. A colaboração com a marinha castelhana também foi um aspecto notável, refletindo o alinhamento estratégico entre Portugal e Castela no enfrentamento das ameaças muçulmanas. O trabalho de duas décadas instituído por Pessanha foi determinante para a defesa das costas

---

<sup>17</sup>O confronto entre as frotas portuguesa e castelhana no litoral do Algarve, em 1337, culminou em um embate ao largo do cabo de São Vicente, onde, após um início favorável para os portugueses, a batalha teve uma reviravolta inesperada, resultando no naufrágio do navio de Pessanha e na captura dele e de seu filho. Segundo Monteiro (2003), embora algumas embarcações inimigas tivessem se rendido, as forças navais portuguesas enfrentaram grandes dificuldades, culminando na captura do Almirante e de seu filho. Esse episódio marcou o fim de uma série de confrontos navais, sendo seguida pela assinatura de uma trégua entre os reinos em 1338. MONTEIRO, Luís. *A Marinha de Portugal no Século XIV*. Lisboa: Edições 70, 2003.

<sup>18</sup>TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouveia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. P. 757. Disponível em: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/hist%C3%B3ria-militar-de-portugal>

portuguesas e para o sucesso das operações conjuntas, demonstrando como a supremacia marítima poderia complementar as ações terrestres.

#### (IV) Demais atuações

É importante destacar algumas pequenas empreitadas da frota portuguesa sob o comando de Pessanha. No ano em que se estreia no cargo, invade com a sua frota a costa marroquina. Apreenderam desde embarcações e matéria-prima, até marujos inimigos. Ainda em 1317, D. Dinis envia o seu Almirante para percorrer o Estreito de Gibraltar e as costas de Berberia, com o objetivo de impedir o contato de Granada com o norte africano. Já em 1341, D. Afonso IV envia uma esquadra de dez galés, comandadas pelo Almirante, após ser libertado de sua prisão em 1340, para se juntar aos mesmos castelhanos que o haviam vencido e prendido, no Estreito de Gibraltar. Era a luta de cristãos contra muçulmanos. Essa guerra ficou conhecida como “Batalha do Estreito”, e decidia quem controlava a passagem do estreito de Gibraltar, cristãos e mouros.

### **Atuação diplomática**

Pessanha desempenhou um papel notável não apenas como comandante naval, mas também como figura diplomática estratégica. A sua nomeação, em 1317, simbolizou a convergência entre interesses políticos, comerciais e militares de Portugal e da região do Mediterrâneo. Proveniente de uma tradição marítima profundamente enraizada em Gênova, o italiano trouxe consigo, não apenas habilidades técnicas, mas também uma compreensão sofisticada das dinâmicas de poder e negociação, essenciais para o fortalecimento da Dinastia Afonsina. A sua atuação transcendeu o campo militar, pois ele era frequentemente envolvido em missões que demandavam habilidade política e articulação de alianças. O período em que esteve a serviço da Coroa foi marcado por transformações estruturais no âmbito do poder marítimo português, um reflexo de sua capacidade de estabelecer pontes entre culturas e interesses distintos. O papel do genovês como diplomata evidenciava a necessidade de Portugal de se inserir de forma mais assertiva no cenário internacional, garantindo não apenas proteção aos seus territórios, mas também a ampliação de suas redes de influência. Ele operava como um mediador entre a Coroa portuguesa e outras potências, além do clero, facilitando acordos estratégicos que alavancaram o prestígio de Portugal.

A combinação de sua origem estrangeira e a confiança nele depositada pela monarquia portuguesa revela o pragmatismo da dinastia afonsina na escolha de indivíduos que pudessem atender às suas necessidades políticas e diplomáticas. Suas primeiras atividades começaram

em 1318, onde foi enviado como embaixador, juntamente com Vicente Eanes Cesar (o mesmo que mediou sua contratação), a Roma. D. Dinis buscava a permissão para a criação de uma nova ordem militar, bem como a separação da Ordem de Santiago portuguesa da Castelhana. O Papa João XXII permitiu que os freires portugueses de Santiago passassem a obedecer a mestres provinciais, dando à missão, status de bem sucedida com a nacionalização desta ordem.<sup>19</sup>

Giulia Rossi Vairo, nos informa que

Entre 1317 e 1319, Pessanha ganhou a estima e a confiança do monarca mostrando ter capacidades organizadoras e de comando no sector, como atesta a abundante produção de diplomas destes anos em favor dele e da instituição que presidia, e desenvolvendo delicadas missões diplomáticas na qualidade de embaixador junto à Sé Apostólica. Da documentação chegada até nós, sabemos que ele esteve na corte papal pelo menos em Julho de 1317, no início do ano e durante o mês de Junho-Julho de 1318, no fim do mesmo ano, princípio de 1319 e depois ainda em 1320, para tratar de questões diversas, desde os problemas surgidos na família real, a autenticação de relíquias, até aos pedidos, formulados em nome do monarca, para emancipar o ramo português da Ordem de Santiago do mestre provincial de Castela e para lhe conceder a décima eclesiástica para a constituição da armada que devia lutar contra os inimigos da fé.<sup>20</sup>

A coincidência cronológica da nomeação de Pessanha ao Almirantado e seus feitos diplomáticos subsequentes a isso, é muito grande, afinal, o período bate com a última fase das negociações com o Papado, que conduziram à resolução da questão referente ao destino do património templário e à criação da Ordem de Cristo. Vairo<sup>21</sup> nos faz chegar a uma reflexão referente ao caso. Podemos concatenar, então, que o genovês esteve envolvido de alguma

---

<sup>19</sup> ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel. Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa. In: O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448): A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis. Atas do XV Simpósio de História Marítima. Lisboa: Academia de Marinha, 2019. P. 41. Disponível em: <https://academia.marinha.pt/pt/edicoes/Simposios%20Historia%20Maritima/Final%20-%20XV%20Simposio%20Historia%20Maritima.pdf>

<sup>20</sup> VAIRO, Giulia Rossi. A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo. In: VII Encontro Internacional sobre Ordens Militares, 2017. P. 433. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/64561>

<sup>21</sup>VAIRO, Giulia Rossi. A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo. In: VII Encontro Internacional sobre Ordens Militares, 2017. P. 435. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/64561>

forma nestes processos e não necessariamente só em qualidade de conselheiro, informador e porta-voz do rei, mas talvez, como um influenciador e entusiasta da ideia.

Outro aspecto que poderia dar testemunho do envolvimento do sabedor de mar numa fase mais aguda da criação de uma nova ordem militar é, mais uma vez, a coincidência cronológica entre a conclusão do processo de criação da Ordem de Cristo e as doações, datadas de 24 e 25 de setembro de 1319, de D. Dinis ao Almirante da vila de Odemira, no Alentejo litoral (hoje distrito de Beja), com todos os seus termos e rendas, e do reguengo de Algés, perto de Lisboa. O rei simplesmente doaria um grande vilarejo ao Almirante do nada? Certamente, como recompensa por algum êxito, faz mais sentido.

Ainda como base o artigo de Vairo, citado há pouco, o prestígio e respeito que Manuel adquiriu advindo da Coroa eram nítidos. As expedições diplomáticas em nome do reino se tornaram cada vez mais frequentes nestes primeiros anos. Em 1320, o almirante-mor levou a Avinhão uma grande embaixada. Tinha duas missões em sua responsabilidade.

A primeira, e a que mais nos interessa, consistia em obter privilégios para desenvolver a marinha de guerra portuguesa. Esta missão foi um êxito, como prova a bula enviada pelo papa João XXII, datada de 19 de maio de 1320<sup>22</sup>. Nela há a evidência que o monarca estava autorizado a reter durante três anos a dízima do rendimento de todas as igrejas do reino, para o desenvolvimento da tal marinha.

A segunda missão tinha a ver com a entrega ao papa da elevada quantia de quatro mil florins, confiada por D. Dinis, e um rol de queixas do bispo de Lisboa que perpetuava os conflitos no reino. Essas queixas eram em relação ao clima de guerra civil que se vivia em Portugal.

Mudando o monarca, não mais D. Dinis e sim, D. Afonso IV, em 1326, Pessanha é enviado a serviço deste último, numa expedição à Inglaterra. A missão era propor o casamento entre a filha de D. Afonso IV com o primogénito de Eduardo II. Embora o casamento não tenha sido realizado, a missão foi um sucesso, uma vez que Eduardo III, em 1339, treze anos depois, ainda recomendava e tecia elogios tanto ao Almirante como ao seu filho, Carlos Pessanha.

---

<sup>22</sup> ORDEM DE CRISTO. Exposição virtual. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/ordem-de-cristo/>

Daí em diante, o que se tem de notícias é muito mais acerca de suas empreitadas militares (já expostas anteriormente) do que de suas empreitadas diplomáticas. Contudo, é inegável que o período em que o sabedor de mar atuou como diplomata deixou marcas profundas no desenvolvimento das relações externas de Portugal. Sua habilidade em negociar e fortalecer alianças contribuiu para a consolidação da Dinastia Afonsina, permitindo que o reino navegasse com relativa estabilidade entre as potências da época.

Embora sua trajetória seja mais amplamente reconhecida no campo organizacional e estruturante, o impacto de suas negociações políticas reverberou na segurança e no crescimento econômico do reino. A confiança depositada nele pela Coroa portuguesa atesta a eficácia de sua atuação e reforça a relevância de sua presença em momentos cruciais de definição estratégica. Assim, mesmo com a prevalência de seus feitos militares na historiografia, a faceta diplomática do italiano ilustra o sucesso português na utilização de líderes estrangeiros para alcançar objetivos políticos e estratégicos.

## **2.8 A trajetória final de Pessanha à frente do Almirantado e a Marinha “Pós-Pessanha”**

A trajetória final de Manuel Pessanha à frente do Almirantado de Portugal marca um período de transição significativo para a história naval portuguesa. Nos últimos anos de seu comando, observa-se um movimento de consolidação de práticas marítimas que ecoariam por décadas. Seu legado, construído sobre a organização e a modernização da esquadra portuguesa, preparou o caminho para novos desafios e oportunidades no Atlântico. A sucessão do italiano simbolizou a entrada da Marinha Portuguesa em uma nova era, moldada por influências externas e demandas internas, que a tornaram um pilar da expansão territorial. Nesse contexto, a “Marinha Pós-Pessanha” emerge como uma instituição em adaptação, enfrentando questões relacionadas ao fortalecimento do comércio, à defesa costeira e à expansão de sua influência internacional.

### **Micer Carlos Pessanha**

Fruto do seu primeiro casamento, com Genebra Pereira, filha de Gomes de Alpõe, nasce o primogênito de Manuel, Carlos Pessanha. Este, esteve sempre ao lado do pai nas empreitadas navais. Assim como Emanuele seguiu seu pai e irmãos em Gênova, a tradição familiar perdurou. Não há certeza sobre a data em que Carlos assumiu o cargo. O que temos de veracidade é que em 1342, é ele quem comanda uma expedição enviada à Castela, para conquistar Algeciras. O cerco dura mais que o planejado e o mesmo retorna, mas a missão é um sucesso. Esta vitória contra o rei de Granada e o rei de Marrocos, vale uma inscrição na igreja de Santo Estêvão de Génova.

### **Micer Bartolomeu Pessanha**

Irmão de Carlos e filho mais novo do primeiro casamento de Manuel, Bartolomeu foi Almirante-mor de Portugal entre os anos de 1342 e 1356. Estas datas batem com a data de morte de Carlos (seu antecessor) e a data em que Lançarote (seu sucessor) assume o cargo. Outro elemento que encorpa a afirmativa, é que foi partidário de D. João I durante a Crise Dinástica. Também há dados que provam e apontam o seu envolvimento na “Batalha dos Atoleiros” ao lado de Nuno Álvares Pereira, e esteve presente nas Cortes de Coimbra, como um dos setenta e dois procuradores da nobreza.

### **Micer Lançarote Pessanha**

Do seu segundo casamento com Leonor Afonso Franchi ou Leonor Afonso da Franca, o seu filho mais velho é Lançarote Pessanha. Talvez, depois do pai, o comandante que mais vestiu o cargo e, certamente, foi o que mais esteve metido em polêmicas.

Durante o reinado de D. Pedro I (1357-1367), o Almirantado vai ser alvo de uma reorganização. No dia 26 de junho de 1357, Lançarote é confirmado como almirante do reino. Em 1359, parte com 10 galés ao encontro de Pedro I de Castela, o Cruel, no Ebro. Era obrigado a prestar auxílio com os seus serviços durante três meses. Ao fim do período, regressa, tendo tido êxito nesta missão. Lançarote começa a causar problemas quando começa a recrutar indevidamente pessoas para as suas embarcações. Em algumas vezes o número de recrutados excedia o previsto pelo contrato de vassalagem já citado neste estudo e em outras ele contratava

lavradores sem o mínimo de expertise em mar. Em 1364, vai em auxílio de Castela contra Aragão. Era uma frota de dez galés, mas rapidamente D. Pedro I retira a ordem, dado o contexto da possível trégua entre as partes. As polêmicas citadas no prólogo começam em 1362. Lançarote viveu e se relacionou em Beja, com Violante Vasques, entre o ano citado e 1364. Por não ser uma relação legítima o monarca o retirou do cargo e o condenou à morte. O medo fez com que o descendente de Manuel fugisse para Castela, onde ficou até à morte de D. Pedro I.

Em 1367, D. Fernando lhe restitui o cargo, suas responsabilidades e seus privilégios. Em 1368, o monarca lhe confere muitas doações e concessões por conta de seus serviços prestados nas “Guerras Fernandinas”. Em 1380, após mais uma série de descumprimentos por parte de Lançarote sobre o recrutamento de tropas, pela segunda vez, ele é destituído de seu cargo. Três anos depois, em 1383, é restituído e, um mês após a morte de D. Fernando, ele se alia à D. Leonor Telles. Em 1384, durante uma ida a Odemira para angariar apoiadores à causa da nova rainha, foi preso por Gonçalo Nunes e, posteriormente morto, ao ser jogado do alto de uma torre em Beja (episódio citado na parte 2.5 deste estudo).

### **Manuel Pessanha II e Carlos Pessanha**

Os dois filhos de Lançarote substituíram o pai. Primeiramente, Manuel, assume o cargo e sobre seus feitos, pouco é sabido. O que se tem de concreto, é apenas uma citação que aponta que tenha sido ele a fazer frente na “Batalha de Atoleiros” ao lado de Nuno Álvares. Assim sendo, fez parte do Conselho de Estado do novo monarca.

A pedido de D. Nuno Álvares Pereira, Carlos Pessanha é nomeado Almirante-mor do reino através de uma carta de datada de 15 de dezembro de 1387. Pouco se sabe sobre suas atuações a frente das esquadras. Há um hiato de dez anos e voltamos a ter algum resquício de sua história. Em 12 de Novembro de 1397, D. João I devolve a hereditariedade do cargo ao Almirante, assim como era estabelecido no contrato de 1 de fevereiro de 1317. Encontramos outro documento datado de 1405, ainda durante o reinado de D. João, que diz que todos os homens nomeados para as vintenas não poderiam recusar, como vinham fazendo, estar presentes nas galés. Posso afirmar, então, que havia descontentamento dos subordinados com os métodos e práticas de Carlos.

Daí em diante, a linhagem não é mais direta e pertencente à família dos Pessagno. Portanto, não é relevante para o nosso estudo aprofundar as gestões posteriores à ela no Almirantado. Contudo, é inegável que sua liderança estabeleceu as bases estruturais, organizacionais e estratégicas que moldaram a identidade da Marinha Portuguesa nos séculos seguintes.

## **PARTE III – A APLICABILIDADE EM SALA DE AULA**

### **3.1 A proposta do Objeto de Aprendizagem e como ele se deu**

Visando a apresentação da pesquisa que realizamos para os estudantes, elaboramos o objeto “Um “lusó-genovês” à serviço da dinastia afonsina: a trajetória de Manuel Pessanha como almirante-mor da marinha portuguesa (1317-1341)”, que é constituído por três vídeos, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio. Este material tem como objetivo proporcionar aos estudantes de ambos espectros de ensino a oportunidade de compreender o papel do estrangeiro na estruturação da marinha portuguesa, contextualizando sua atuação dentro do cenário político, diplomático, organizacional e militar de Portugal. O material está dividido, como dito, em três vídeos e representado neste presente arquivo através de seus

respectivos roteiros, permitindo um acompanhamento de como o conteúdo contido na Parte II serviu como base para a elaboração dos mesmos.

No tocante aos vídeos, o primeiro consiste em uma síntese biográfica do almirante genovês, abordando suas origens e de sua família, seu conhecimento naval e os motivos que levaram D. Dinis a contratá-lo para estruturar a marinha portuguesa. O segundo explora a atuação de Manuel a frente da instituição. A abordagem de suas reformas, mudanças e uma pequena exposição de sua atuação como vassalo da monarquia Afonsina estão presentes na mesma parte. O terceiro e último vídeo narra o período final de Pessanha como almirante-mor e o que, em certo modo, veio após sua saída do cargo.

A justificativa para a elaboração dos dois primeiros vídeos reside na importância de contextualizar a atuação de Manuel dentro do panorama histórico mais amplo. Os vídeos demonstram que a influência do genovês ultrapassou a esfera portuguesa, inserindo-se em um contexto de disputas políticas e avanços estratégicos que marcaram a história naval europeia.

Dessa forma, nosso objeto educacional não apenas facilita a compreensão dos estudantes sobre o papel do almirante genovês na formação da marinha portuguesa, mas também os estimula a refletirem criticamente sobre a interação entre conhecimento técnico, política e poder, além de incentivar pesquisas e debates sobre a importância das estratégias marítimas na construção do mundo moderno.

### **3.2A paridade do Objeto de Aprendizagem com as diretrizes e currículo do MEC**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece, para o 7º ano do Ensino Fundamental, a habilidade **EF07HI02**, que consiste em “identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico”. Esta habilidade visa proporcionar aos estudantes uma compreensão abrangente das inter-relações globais fomentadas pelas expansões marítimas europeias.

A formação da marinha portuguesa em 1317 desempenhou um papel crucial nesse processo de expansão. Este marco (a contratação do genovês para comandar a Marinha) representou um avanço significativo na capacidade náutica de Portugal, preparando o reino para as futuras navegações oceânicas. Essa transferência de saberes contribuiu para o aprimoramento das embarcações portuguesas e para a formação de uma cultura marítima que seria fundamental nas Grandes Navegações dos séculos XV e XVI. A estruturação de uma força naval eficiente permitiu a Portugal explorar e estabelecer rotas comerciais que conectariam a Europa, a África, a Ásia e, posteriormente, a América. Dessa forma, a criação da marinha portuguesa não foi apenas um evento isolado, mas um passo fundamental dentro de um processo mais amplo de integração marítima global. A criação da marinha portuguesa pode ser entendida como um dos alicerces que possibilitaram o pioneirismo de Portugal na Era dos Descobrimentos. Ao capacitar-se tecnologicamente e militarmente, o reino estava preparado para estabelecer contatos com outras partes do mundo, muitas vezes resultando em impactos profundos, como a imposição de estruturas coloniais, a exploração de povos locais e a troca de conhecimentos entre diferentes culturas.

A habilidade **EF07HI07**, também do 7º ano, propõe a análise das relações de vassalagem e servidão no contexto do feudalismo, um sistema baseado na concessão de terras e benefícios em troca de fidelidade e serviços. No mundo medieval, a vassalagem era um vínculo político e militar essencial, no qual um vassalo jurava lealdade a um senhor (suserano), comprometendo-se a servi-lo, principalmente em tempos de guerra, enquanto o suserano lhe garantia proteção e sustento. Esse sistema, amplamente presente na Europa feudal, não se restringia às relações entre senhores e cavaleiros dentro de um mesmo território, mas também envolvia alianças estratégicas entre reis e estrangeiros, como no caso de Manuel e a Dinastia Afonsina em Portugal.

Pessanha se tornou vassalo da coroa, recebendo terras, rendas e privilégios em troca do compromisso de organizar e comandar a esquadra real. Assim como em uma relação feudal tradicional, o rei concedia benefícios materiais e status em troca de serviços fundamentais à sua soberania. Por sua vez, o genovês devia lealdade ao monarca e estava obrigado a utilizar seus conhecimentos náuticos para fortalecer a defesa do reino, especialmente contra piratas e possíveis invasões estrangeiras.

Essa relação de vassalagem diferenciava-se das tradicionais, pois não envolvia apenas a posse de terras, mas sim um compromisso militar de caráter estratégico. No entanto, mantinha

o princípio fundamental do sistema feudal, a troca de proteção por serviços e fidelidade. O vínculo se estendeu à sua família, já que seus descendentes herdaram a posição de almirantes, garantindo uma continuidade dessa relação de vassalagem ao longo das gerações. Esse exemplo demonstra como o conceito de vassalagem ultrapassava os limites da nobreza territorial e se aplicava a acordos políticos e militares mais amplos, sendo essencial para a consolidação do poder monárquico em Portugal. Por isso, é crasso dizer que este estudo, observado por esta ótica, também pode ser englobado na habilidade citada.

Já para o Ensino Médio estabelece-se, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a habilidade **EM13CHS106**, que propõe

utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva

Essa habilidade incentiva os estudantes a desenvolverem competências que vão além da simples interpretação de textos ou imagens, promovendo a análise crítica de diferentes linguagens e mídias. No contexto do ensino de História, isso significa capacitar os alunos a interpretarem mapas históricos, gráficos demográficos, imagens de diferentes períodos e a utilizarem ferramentas digitais para aprofundar suas análises.

Ao relacionar este contexto educacional com a formação da marinha portuguesa, podemos explorar como a representação cartográfica e iconográfica da época influenciou a expansão marítima. Os mapas e cartas náuticas produzidos nesse período não eram meramente representações geográficas, mas instrumentos de poder que refletiam o conhecimento, as ambições e as percepções europeias sobre o mundo. Ao analisar essas representações, os estudantes podem questionar as perspectivas eurocêntricas presentes nas cartas náuticas medievais, que frequentemente omitiam ou distorciam informações sobre outras culturas e territórios. Além disso, permite que os alunos utilizem tecnologias digitais para comparar mapas antigos com representações contemporâneas, promovendo uma compreensão crítica sobre como o conhecimento geográfico foi construído e utilizado ao longo do tempo.

### **3.3 Referenciais teóricos e metodológicos pertinentes às áreas de Ensino de História e História Ibérica**

O conteúdo deste trabalho foi desenvolvido a partir de fonte primária, sendo esta, o documento “A carta de doação ao Micer Manuel Pessanha, o genovês”. Também foram levadas em conta e adicionadas como base, algumas fontes secundárias produzidas por historiadores especialistas no assunto em questão. As pesquisas profundas para decorrer sobre a história da formação da Marinha Portuguesa através do Almirante, só foram possíveis dada a união destes dois aspectos documentais historiográficos.

O estudo é uma pesquisa sobre a História no campo prático, sendo que o que é amplamente defendido na academia em torno da atuação do Almirante italiano, é que ela ajudou a ressaltar a justificativa do fortalecimento do poder régio em Portugal, especialmente no contexto da organização naval do reino sob o reinado de D. Dinis.

Embora se trate de um estudo sobre os campos militar, diplomático, organizacional e comercial, essas atuações em cada campo por parte do genovês, alcançaram repercussão prática em sua época, contribuindo para a consolidação da esquadra portuguesa e para a centralização do poder monárquico. Assim, é inegável a inserção desse estudo na disciplina de História. Mesmo que os feitos estivessem limitados a conceitos estratégicos e militares, eles ainda assim encontrariam espaço na história do pensamento político e na historiografia da navegação medieval portuguesa.

Quanto à pertinência deste estudo na área da História Ibérica, ela é evidente. Manuel era de origem genovesa, mas serviu como vassalo em Portugal, onde assumiu o comando da esquadra naval, desempenhando um papel fundamental na política marítima do reino. Sua trajetória reflete as interações entre as tradições náuticas italianas e a construção do poder naval português, evidenciando a confluência de influências ibéricas e mediterrâneas no desenvolvimento da marinha portuguesa medieval.

### **3.4 Destinação da monografia ao seu público alvo e a pedagogia e didática aplicada**

Este objeto de aprendizagem foi desenvolvido para alunos do ensino médio que estudam História, com o objetivo de apresentar e contextualizar a formação da Marinha Portuguesa sob o comando de Manuel Pessanha.

Para isso, foi estruturado um plano pedagógico que utiliza Objetos de Aprendizagem, facilitando a compreensão do tema de forma didática e envolvente. Porém, é importante frisar que este material pode ser adaptado conforme as necessidades de cada turma, permitindo que o professor ajuste a abordagem de acordo com a realidade específica dos alunos. Dessa forma, busca-se não apenas transmitir conhecimento sobre a consolidação do poder naval português, mas também estimular reflexões sobre a importância estratégica da Marinha para o Reino de Portugal e suas repercussões históricas.

Segundo José Rivair Macedo, no livro “*História na sala de aula*”<sup>23</sup>, a idade média européia, sobretudo a idade média ibérica é pouquíssimo abordada pela BNCC. Se este período histórico da península é pouco abordado, imagine o início da história de uma instituição de um dos reinos que compunham este espaço geográfico, mesmo sendo de suma importância para o que viria ao decorrer da História. Vejamos o que o autor diz:

...A ênfase no ensino de aspectos históricos da Península Ibérica teria muito mais propriedade educativa do que o ensino da História modelada na França ou na Inglaterra, pelo simples fato de pertencermos a um conjunto cultural específico, no caso, o ibero-americano. Ao tomar a Península Ibérica como núcleo gerador da consciência histórica a respeito da Idade Média, o ensino de História cumpriria melhor o seu papel de revelar aos estudantes aspectos de nosso passado que continuam a interagir com o presente. Com efeito, é na especificidade da formação dos reinos cristãos ibéricos que se encontram os elementos explicativos do por que a Portugal e Espanha esteve reservado o papel de alargamento marítimo do mundo europeu, o que nos diz respeito diretamente.

Também é dito pelo autor que:

No mesmo sentido, compreender o papel desempenhado por grupos de diferentes etnias no processo de formação medieval da Península Ibérica poderia nos ajudar a compreender traços da colonização ibérica posterior e da constituição de identidades coletivas na América Latina, inclusive no Brasil. Isso estaria em conformidade com a proposta dos PCNS de subtemas do eixo temático “História das relações sociais, da cultura e do trabalho”, proposto para o terceiro ciclo do ensino fundamental, relacionados com a questão da construção das identidades e alteridades em outras temporalidades (MACEDO, 2003, P. 121).

---

<sup>23</sup>MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. P. 121. Disponível em: <https://estagioshistoriamales.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/KARNAL-L.-org.-Historia-na-sala-de-aula-LIV.pdf>

Seguindo essa perspectiva, a fim de atingir o público-alvo a que se destina este estudo, buscamos estabelecer uma ligação entre o conteúdo, a formação da Marinha Portuguesa sob o comando de Manuel e os freixos indicados pelo Ministério da Educação e Cultura para serem trabalhados com os estudantes do ensino fundamental e médio. Embora o tema relacionado ao Almirante seja vasto, procuramos delimitar a pesquisa de forma breve, contextualizada e comparada, com o objetivo de garantir que o conteúdo seja melhor compreendido e assimilado pelos alunos. A bibliografia utilizada neste trabalho poderá servir de base, auxiliando o professor a fomentar no estudante o desejo de buscar mais informações sobre o tema em questão. As ideias trabalhadas neste estudo, ao serem apresentadas através de objetos de aprendizagem, refletem abordagens que devem ser tratadas no ensino fundamental e médio.

Como destacado por Macedo, o período medieval europeu é um excelente laboratório de estudo e ajuda a propor reflexões daquele período acerca de nossas próprias raízes. Veja:

Para o professor de História e seus alunos, o panorama histórico da Europa pode vir a ser um excelente laboratório de estudo das razões e circunstâncias do desenvolvimento técnico e cultural. Com efeito, não deixa de ser interessante propor reflexões a respeito daquele período recuado de nós por pelo menos meio milênio, quando a parte européia que hoje constitui um centro econômico mundial via-se às voltas com problemas perfeitamente atuais vividos pelos países pobres, como fome e crises de abastecimento periódicos, baixo nível tecnológico e surtos recorrentes de doenças infectocontagiosas. Para nós será sempre importante refletir sobre as alternativas encontradas para problemas como a desigualdade social entre ricos e pobres e o problema do abandono infantil - cujas raízes históricas ultrapassam os limites cronológicos da própria Idade Média. Dessa perspectiva, aquele tempo poderá vir a constituir um importante referencial de estudo para compreendermos, por aproximação ou por distanciamento, como nós próprios lidamos com nossos dilemas sociais. (MACEDO, 2003, P. 121).

A história de Pessanha oferece uma oportunidade pedagógica valiosa para refletir sobre questões sociais contemporâneas, como desigualdade, pobreza e liderança em tempos de crise. Como comandante da esquadra portuguesa no século XIV, lidava com desafios militares e sociais em uma sociedade marcada por tensões internas e dificuldades econômicas. Sua trajetória pode ser usada para ensinar aos alunos sobre a importância de uma liderança consciente, que não se limite às questões militares, mas também considere os aspectos sociais e econômicos de uma sociedade em crise. A figura do italiano serve como ponto de partida para discutir como as alternativas do passado, como as respostas comunitárias e a negociação política, podem oferecer lições para lidar com as desigualdades e os problemas atuais. Ao explorar sua história, os alunos são incentivados a pensar sobre como as soluções de ontem se

comparam com as de hoje e como podem aplicar esse aprendizado na resolução de dilemas sociais contemporâneos, como políticas públicas e a liderança em tempos difíceis.

### **3.5A justificativa para a escolha e uso do Objeto de Aprendizagem**

Nos últimos anos, a ascensão das redes sociais e das plataformas de compartilhamento de vídeos transformou a maneira como o conhecimento é disseminado. A história, tradicionalmente ensinada por meio de livros, artigos e aulas expositivas, passou a contar com novos meios de comunicação que ampliam seu alcance e potencializam a interação com o público. O YouTube, YouTube Shorts, o TikTok, o Instagram Reels e outras plataformas que utilizam vídeos na vertical têm se consolidado como espaços essenciais para a divulgação do conhecimento histórico, oferecendo formatos dinâmicos e acessíveis para diferentes faixas etárias e níveis de ensino. A utilização dessas tecnologias no ensino acadêmico representa uma mudança significativa na forma como docentes e discentes acessam e interagem com o conhecimento. Ao permitir que a história seja contada de maneira visual e sintética, os vídeos verticais favorecem tanto a aprendizagem individual quanto o engajamento em sala de aula, tornando-se ferramentas complementares ao ensino tradicional. No entanto, essa mudança também levanta desafios, como a necessidade de garantir rigor acadêmico, combater a desinformação e explorar ao máximo as potencialidades educacionais desses meios. Dessa forma, este item busca analisar o impacto da divulgação histórica por meio de vídeos verticais nas redes sociais, avaliando seus benefícios para o ensino de história e a forma como podem ser vinculados à academia, afinal, o OA escolhido está situado neste contexto. Serão abordadas as variantes de conteúdos voltados para docentes e discentes do ensino fundamental e médio, além das questões metodológicas envolvidas no uso dessas plataformas.

O YouTube se consolidou como a principal plataforma de vídeos na internet, desempenhando um papel central na disseminação de conteúdos educacionais. Entretanto, com o crescimento do consumo de vídeos curtos e na vertical, redes sociais como TikTok, Instagram e Facebook passaram a competir na divulgação do conhecimento. Essas mídias permitem que historiadores, professores e divulgadores científicos alcancem públicos massivos, tornando o ensino de história mais acessível e atraente. Diferentemente dos modelos tradicionais de ensino, que dependem de leituras extensas e aulas expositivas, os vídeos curtos sintetizam informações em poucos minutos, utilizando recursos visuais para facilitar a compreensão. Essa abordagem favorece principalmente os estudantes mais jovens, que já estão habituados a

consumir conteúdo nesses formatos e apresentam maior receptividade a esse tipo de aprendizado. Além disso, a interatividade oferecida por essas redes sociais permite que os espectadores comentem, tirem dúvidas e participem ativamente da construção do conhecimento, transformando o processo de ensino-aprendizagem em uma experiência mais colaborativa, além é claro, da maior facilidade para encontrar tais materiais “acadêmicos”, ou que, ao menos, tentam ser.

Primeiramente, esse formato amplia o alcance da informação, permitindo que conteúdos acadêmicos e didáticos cheguem a públicos que, de outra forma, não teriam acesso a eles. Um vídeo curto pode ser visualizado por milhares de pessoas em poucos minutos, um feito difícil de ser alcançado por textos acadêmicos tradicionais. Outro fator positivo é a adaptação da linguagem. Enquanto artigos científicos e livros acadêmicos utilizam terminologias complexas, os vídeos curtos permitem que conceitos históricos sejam explicados de forma simplificada e didática, sem perder a profundidade necessária. Essa adaptação possibilita que o público leigo compreenda melhor temas históricos, ao mesmo tempo em que instiga os estudantes a buscarem mais informações sobre os assuntos abordados. Além disso, a inclusão de elementos audiovisuais, como imagens, gráficos e efeitos sonoros, contribui para a fixação do conhecimento. Estudos sobre neurociência aplicada à educação indicam que conteúdos multimodais aumentam a retenção de informações e facilitam a compreensão de conceitos complexos. Dessa forma, os vídeos curtos tornam-se ferramentas poderosas para professores que desejam complementar suas aulas com recursos inovadores.

Por fim, a possibilidade de interação entre criadores e espectadores reforça o caráter dialógico da aprendizagem. Comentários, perguntas e sugestões ajudam a moldar os conteúdos de forma mais eficiente, tornando-os mais alinhados às necessidades do público. Essa interação também permite que professores utilizem vídeos virais como ponto de partida para discussões em sala de aula, tornando as aulas mais dinâmicas e envolventes. Para que a divulgação histórica por meio de vídeos curtos seja efetivamente integrada ao ensino acadêmico, é fundamental que os conteúdos sejam produzidos com base em fontes confiáveis e metodologias adequadas. A curadoria de materiais por parte de professores e pesquisadores é essencial para evitar a disseminação de informações errôneas e garantir a qualidade do ensino. No contexto do ensino fundamental e médio, os vídeos podem ser utilizados como complementos didáticos, introduzindo temas históricos de forma instigante e despertando o interesse dos alunos. Professores podem selecionar vídeos relevantes e utilizá-los como gatilhos para debates e atividades em sala de aula, incentivando a pesquisa e a análise crítica.

Para os docentes, as redes sociais também oferecem oportunidades de formação continuada. Muitos historiadores e educadores compartilham conteúdos sobre metodologias de ensino, abordagens pedagógicas inovadoras e análises de documentos históricos, contribuindo para a atualização profissional e o aprimoramento das práticas docentes. A utilização do YouTube e de outras redes sociais com vídeos na vertical para a divulgação histórica representa uma revolução no ensino e na popularização da história. Essas plataformas oferecem meios eficazes para tornar o conhecimento acessível, dinâmico e interativo, beneficiando tanto os estudantes quanto os professores. Apesar dos desafios, como a necessidade de garantir o rigor acadêmico e combater a desinformação, o potencial dessas ferramentas é inegável. Ao integrar esses recursos ao ensino acadêmico, é possível transformar a maneira como a história é ensinada e aprendida, promovendo um aprendizado mais engajador e significativo. O futuro da educação histórica passa necessariamente pelo uso dessas novas mídias, que oferecem oportunidades inéditas para expandir o conhecimento e democratizar o acesso à informação.

A escolha pelo formato de vídeos explicativos destinados a docentes para a apresentação do estudo através do OA sobre Manuel Pessanha fundamenta-se na necessidade de tornar o conhecimento acadêmico mais acessível, dinâmico e aplicável ao ensino. Diante da ascensão das plataformas digitais como espaços “legítimos” de divulgação científica e histórica, a utilização de vídeos curtos e objetivos se apresenta como uma estratégia metodológica eficaz para garantir que o conteúdo chegue a um público amplo sem perder o rigor analítico necessário. Como evidenciado na análise sobre a divulgação histórica no YouTube e em redes sociais com vídeos na vertical, a transmissão de conhecimento por meio de mídias audiovisuais atende a uma demanda crescente por conteúdos pedagógicos adaptáveis ao contexto de sala de aula. Docentes do ensino fundamental e médio frequentemente enfrentam dificuldades na seleção de materiais historicamente embasados e, ao mesmo tempo, didaticamente eficientes.

O formato explicativo em vídeo, portanto, oferece uma solução que alia a acessibilidade à profundidade necessária para que os professores possam incorporar novos conhecimentos sobre a trajetória do genovês em suas práticas pedagógicas. Além disso, a história naval portuguesa e a atuação do Almirante sob o comando da esquadra portuguesa entre 1317 e 1341 são temas que, tradicionalmente, possuem uma presença limitada no ensino básico, geralmente abordados de maneira tangencial dentro de narrativas eurocêntricas mais amplas. Nesse sentido, o formato em vídeo permite a problematização desses conteúdos, tornando-os mais atraentes e conectados às necessidades do ensino contemporâneo. A possibilidade de utilizar

mapas, ilustrações, documentos históricos e reconstituições visuais reforça a compreensão de conceitos complexos, superando limitações inerentes ao texto escrito.

Outro fator determinante para a escolha desse formato é a facilidade de disseminação e interação. Conforme argumentado por Milligan<sup>24</sup> na obra *“History in the Age of Abundance? How The Web Is Transforming Historical Research*, a web transformou radicalmente a forma como a história é acessada, tornando a produção digital um elemento essencial na formação docente. Com vídeos explicativos bem estruturados, é possível garantir que as informações sobre Manuel circulem para além dos espaços acadêmicos restritos, permitindo que professores não especializados na área de história medieval compreendam e reinterpretem esse período com maior segurança metodológica. A experiência multimodal proporcionada pelos vídeos também se alinha à tendência de valorização de abordagens interdisciplinares no ensino. A trajetória do genovês não se restringe à história política e militar, mas dialoga com temas como a economia mercantil medieval, as influências culturais entre Gênova e Portugal, e as disputas internas no reino de D. Dinis e D. Afonso IV.

Através de vídeos explicativos, é possível estruturar esse conteúdo em camadas, permitindo que docentes de diferentes disciplinas utilizem partes específicas conforme suas necessidades curriculares.

Por fim, a escolha por um formato audiovisual representa um compromisso com a democratização do conhecimento acadêmico. Muitas das pesquisas sobre a referida figura estudada, encontram-se restritas a artigos científicos e obras especializadas, de difícil acesso para professores da educação básica. Ao optar pela divulgação por meio de vídeos explicativos, o trabalho sobre Pessanha cumpre um papel de ponte entre a produção historiográfica avançada e sua aplicação no ensino, contribuindo para a valorização do conhecimento histórico dentro e fora da academia. Dessa forma, a adoção desse formato de entrega não apenas potencializa a disseminação do conteúdo, mas também reforça a importância da história medieval portuguesa no currículo escolar, oferecendo aos docentes ferramentas inovadoras para enriquecer suas práticas de ensino.

---

<sup>24</sup>MILLIGAN, Ian. *History in the Age of Abundance? How the Web Is Transforming Historical Research*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2019. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13913>

### 3.6 Como utilizar o OA em sala de aula

A proposta desta aula para o 7º ano do Ensino Fundamental parte da utilização do vídeo produzido pelo canal YouTube História em Tese como ferramenta introdutória para a compreensão do processo de fortalecimento marítimo português durante a Baixa Idade Média. A construção da aula tem como objetivo apresentar aos alunos não apenas a figura histórica de Manuel Pessanha, mas principalmente desenvolver uma percepção mais ampla acerca da importância política, militar e econômica do mar para o reino português no século XIV. Nesse sentido, o vídeo serviria como elemento inicial de contextualização, permitindo aproximar os estudantes de uma narrativa histórica mais dinâmica e acessível, utilizando linguagem audiovisual como mecanismo de introdução temática.

A aula iniciaria com uma problematização simples voltada aos estudantes: “Como Portugal, um reino pequeno da Europa medieval, conseguiu se transformar posteriormente em uma das maiores potências marítimas do mundo?”. A intenção dessa pergunta seria despertar nos alunos uma reflexão inicial sobre a relação entre poder político e domínio marítimo, estimulando hipóteses e conhecimentos prévios acerca das Grandes Navegações, conteúdo que muitos estudantes já conhecem superficialmente. A partir das respostas apresentadas pela turma, seria introduzida a ideia de que o desenvolvimento marítimo português não surgiu de maneira repentina no século XV, mas foi resultado de um longo processo de organização política e militar iniciado ainda durante a Idade Média.

Após essa introdução, o vídeo do canal História em Tese seria utilizado como recurso central da aula. Durante sua exibição, os alunos seriam orientados a observar três elementos principais: a importância do contexto político do reinado de D. Dinis, a origem genovesa de Manuel Pessanha e a necessidade portuguesa de organização naval naquele período. A proposta metodológica não consistiria apenas em assistir passivamente ao conteúdo audiovisual, mas em utilizá-lo como instrumento de construção ativa do conhecimento histórico. O vídeo funcionaria como ponto de partida para posteriores discussões em sala, permitindo aos estudantes relacionarem diferentes fatores históricos presentes no processo de fortalecimento marítimo português.

Terminada a exibição do vídeo, a aula seguiria para uma explanação dialogada conduzida pelo professor. Nesse momento, seria retomado o contexto da Península Ibérica medieval, enfatizando que Portugal ainda consolidava suas estruturas políticas internas após os avanços da Reconquista Cristã. Seria explicado aos estudantes que, durante o reinado de D. Dinis, existia uma preocupação crescente com a defesa do litoral português, especialmente devido às disputas marítimas, aos ataques piratas e à necessidade de proteção das rotas comerciais. Dessa forma, Manuel Pessanha seria apresentado não apenas como um personagem isolado, mas como parte de um projeto político maior desenvolvido pela monarquia portuguesa.

Ao longo da exposição, seria importante adaptar a linguagem historiográfica para o nível de compreensão do 7º ano, sem abandonar completamente conceitos históricos fundamentais. Termos como “centralização do poder”, “expansão comercial” e “organização militar” poderiam ser explicados de maneira simplificada, sempre associados a exemplos

concretos. O professor poderia estabelecer paralelos entre a importância do mar na Idade Média e a relevância atual das rotas comerciais marítimas para a economia mundial, aproximando o conteúdo da realidade dos alunos e favorecendo maior compreensão da temática.

Outro aspecto relevante da aula seria a desconstrução da ideia de que os grandes acontecimentos históricos ocorrem de forma imediata. A trajetória de Manuel Pessanha permitiria demonstrar aos estudantes que processos históricos são construídos lentamente e envolvem planejamento político, circulação de conhecimentos e intercâmbio cultural entre diferentes regiões. O fato de Portugal contratar um navegante genovês possibilitaria discutir, inclusive, as relações entre diferentes povos europeus durante a Idade Média, evidenciando que existiam contatos comerciais, militares e culturais bastante intensos naquele período histórico.

Metodologicamente, a aula buscaria combinar recursos audiovisuais, explicação oral e participação ativa dos estudantes. Após o debate inicial e a explanação do professor, os alunos poderiam ser convidados a responder perguntas interpretativas sobre o conteúdo do vídeo, tais como: “Por que Portugal precisava fortalecer sua marinha?”; “Qual era a função de Manuel Pessanha?”; e “Como o fortalecimento naval ajudou Portugal no futuro?”. Essas questões teriam como finalidade estimular o desenvolvimento da interpretação histórica e da relação entre causa e consequência, habilidade fundamental para o ensino de História no Ensino Fundamental.

Além disso, a utilização do vídeo como recurso didático também contribuiria para ampliar o interesse dos alunos pelo conteúdo medieval, frequentemente percebido pelos estudantes como distante ou abstrato. O formato audiovisual tende a favorecer maior atenção e engajamento em sala de aula, principalmente quando associado a uma mediação crítica realizada pelo professor. Assim, o vídeo não substituiria a atuação docente, mas funcionaria como complemento pedagógico capaz de enriquecer o processo de aprendizagem.

Em anexo, está a praticidade posta na realidade em uma turma de 7º ano do ensino fundamental. O passo a passo realizado é o mesmo proposto acima. Os alunos realizaram, de acordo com suas limitações, um roteiro de um teatro lúdico, tendo como base a **PARTE II: REFERENCIAL TEÓRICO-HISTÓRICO** do presente estudo, de modo, obviamente, adaptado. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/18BdiutEU7-dUFCBv0CEkgGWk7JGH7bhb/view?usp=drivesdk>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da trajetória de Manuel Pessanha como Almirante-mor da Marinha Portuguesa entre 1317 e 1341, dentro do contexto da Dinastia Afonsina, revela aspectos centrais da construção política, militar e social do Reino de Portugal, que foram fundamentais para a consolidação do Estado nacional. A figura do Almirante surge como um elo entre a monarquia portuguesa e a política naval, refletindo o processo de adaptação do reino às novas dinâmicas geopolíticas da época. Sua atuação ilustra não apenas a relação de poder entre monarca e

vassalo, mas também o papel crucial da marinha na defesa e expansão dos interesses portugueses, com ênfase na manutenção de uma ordem social e política em desenvolvimento.

O estudo dessa figura histórica e sua relação com a monarquia portuguesa oferece uma reflexão interdisciplinar, abrangendo história, geografia, política e militarismo. Através da análise da vida do genovês, é possível compreender como a estrutura de poder, a soberania do monarca e a organização social se entrelaçam e como as estratégias militares também servem de pilar para o desenvolvimento político. A história de Manuel, portanto, se configura como uma importante chave para compreender as complexas relações de poder, a defesa do território e a solidificação de um Estado nacional em formação, ao mesmo tempo que amplia a discussão sobre as formas de liderança e de organização social em um contexto de transição.

Assim, a inserção do estudo do Almirante e do contexto político da Dinastia Afonsina nas ementas escolares se faz extremamente relevante. Sua análise não apenas contribui para o entendimento da história portuguesa, mas também para a discussão teórica sobre a origem e a natureza do poder, ampliando os horizontes pedagógicos para debates mais profundos sobre o processo de formação de Estados e as interações políticas que moldaram a Europa medieval. Isso possibilita uma abordagem mais rica e diversificada do estudo da história, proporcionando um espaço para a reflexão crítica, comparações e análises que são essenciais para a formação de cidadãos conscientes do impacto do passado nas realidades contemporâneas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel. **Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa.** In: *O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448): A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis.* Atas do XV Simpósio de História Marítima, 14 a 16 de novembro de 2017. Lisboa: Academia de Marinha, 2019. p. 21-34.
- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube: Online Video and Participatory Culture.** Cambridge: Polity Press, 2018.

- GONÇALVES, Marta Pereira. Ammiragliato – **Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481)**. In: *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. p. 96-123.
- MACEDO, José Rivair. **Repensando a Idade Média no ensino de História**. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 109-126.
- MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MAYER, Richard. **Multimedia Learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- MILLIGAN, Ian. **History in the Age of Abundance? How the Web Is Transforming Historical Research**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2019.
- PORTUGAL. Rei (1279-1325: Dinis). **Carta de doação feita pelo rei D. Dinis a micer Manuel Pessanha, genovês, do almirantado de Portugal, do lugar da Pedreira, em Lisboa, e de mais três mil libras ou uma vila por elas, para ele e seus sucessores legítimos, e a quinta parte das presas que tomasse aos inimigos da fé ou aos inimigos do reino, excluindo os cascos dos navios, aparelhos, armas e mouro de mercê, porque estas coisas eram livremente dos reis, e o mouro devia ser tomado pelo custo usado nos seus senhorios**. 1 fev. 1317. Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, f. 109. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouveia. **História Militar de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. 744 p. ISBN 9789896268440.

- VAIRO, Giulia Rossi. **A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo.** In: *VII Encontro Internacional sobre Ordens Militares*, 2017.
- VAIRO, Giulia Rossi. **O Rei D. Dinis, Manuel Pessanha e o Regimento do Almirante.** In: *O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448): A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis.* Atas do XV Simpósio de História Marítima, 14 a 16 de novembro de 2017. Lisboa: Academia de Marinha, 2019. p. 57-69.
- VAIRO, Rossi. **O genovês Micer Manuel Pessanha Almirante d’El-Rey D. Dinis.** *Revista Medievalista*, n. 26, 2019.